



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião

PROPOSTA PEDAGÓGICA
ESCOLA CLASSE AGUILHADA



SÃO SEBASTIÃO- DF

2019

Escola Classe Aguilhada
Escola do Campo – PROEITI – Escolas Que Queremos
INEP: 53012070

BR 251, km 35, Núcleo Rural Aguilhada São Sebastião-
DF, CEP: 71693-994
Tel: 98618-2736

Site: <http://saosebastiao.se.df.gov.br/escolaaguilhada>

E-mails: escolaaguilhada@gmail.com
ecaguilhada@edu.se.df.gov.br
53012070@se.df.gov.br
aguilhada@outlook.com

Equipe Gestora

Diretor: Claudio Fernandes Pimenta

Vice-Diretora: Iolanda Ferreira Lopes Batista

Chefe de Secretaria: Eliane Gomes da Silva

Sumário

1 - Apresentação	6
2 - Historicidade	7
3 - Diagnóstico da Realidade	10
4 - Função Social	13
5 – Princípios da Educação Integral	14
6 - Objetivo Geral da Educação Integral.....	17
7 - Objetivos Específicos da/para Educação Integral	18
8 - Pressupostos legais e históricos (Proeiti)	19
9 - Concepções de Educação Integral: ampliação de tempos, espaços e oportunidades...22	
10 - Educação do Campo.....	23
11 - Concepção de campo e de educação do campo.....	23
12 - Trajetórias da Educação do Campo	25
13 - A educação do campo para os sujeitos do campo	26
14 - Os sujeitos da educação do campo e a sua diversidade	29
15 - Educação do Campo e seus desafios	30
16 - Construção do Inventário: a escola vivenciando seu território	33
17 - Organização do Trabalho Pedagógico	37
18 - O Papel do Educador Social Voluntário (ESV)	40
19 - Serviço de Orientação Educacional	40
20 - Atuação de Equipes Especializadas e Outros Profissionais	41
21 - Planejamento do Trabalho Pedagógico.....	43
21.1 - Projeto interventivo	44
21.2 - Reagrupamento interclasse e intraclasse.....	44
21.3 - PNAIC.....	44

22 - Gestão, controle social e mobilização.	45
23 - Viradas Pedagógicas	46
24 - Estratégias de Avaliação	47
24.1 - Conselho de Classe	51
24.2 - Avaliação Institucional.....	52
25 - Organização Curricular	53
26 - Sala de aula: educação inclusiva para a diversidade	55
27 - Plano de Ação para a implementação do Proposta Pedagógica	56
28 - Gestão pedagógica e gestão de pessoas	58
29 - Gestão Financeira	61
30 - Gestão Administrativa	61
31 - Plano de ação para desenvolvimento da proposta pedagógica.....	63
32 - Gestão de Resultados Educacionais.....	64
33 - Acompanhamento e Avaliação da Proposta Pedagógica	66
34 - Programas e/ou Projetos Genéricos.....	67
34.1 - PROEITI – Projeto de Educação Integral em Tempo Integral (10h)	67
34.2 - Projeto Educa DF.....	67
34.3 - Novo Mais Educação (Federal)	68
34.4 - Educador Social Voluntário (Distrital).....	69
34.5 - Educação Conectada.....	70
35 - Projetos Específicos.....	71
35.1 - Plano de Ação do Serviço de Orientação Educacional (SOE)	71
35.2 - Projeto Sala de Leitura — “O Livro é um brinquedo feito de letras”	74
35.3 - Projeto de Intervenção na Leitura	76
35.4 - Projeto de Educação Ambiental: Escola do Campo	78
35.5 - Projeto Conhecendo o Distrito Federal	83
35.6 - Projeto Xequre-Mate	85

35.7 - Parceria com o Centro Olímpico de São Sebastião	86
35.8 - Projeto para a Construção do Quadra Poliesportiva	87
Referencial Bibliográfico.....	89

1 - Apresentação

A Proposta Pedagógica da Escola Classe Aguilhada tem como objetivo principal a igualdade, a partir de uma perspectiva de escola inclusiva. Todas as suas metas e estratégias foram estabelecidas para o exercício pleno da cidadania, para a convivência em sociedade, e principalmente para prover os subsídios básicos para a continuidade dos estudos.

A confecção deste documento pautou-se, de forma mais genérica, por debates realizados com a comunidade escolar. As reuniões realizadas sob esse enfoque ocorreram bimestralmente nos dias de reuniões com os pais; nas assembleias da Unidade Executora e nos dias letivos temáticos conforme calendário de SEDF. Durante as mesmas foram realizados debates onde quem estava pôde opinar em relação aos projetos e demais tópicos deste documento.

De forma mais específica, as reuniões envolvendo somente os professores e demais funcionários da escola ocorreram com maior frequência nos períodos destinados às coordenações e a avaliação institucional. Em alguns destes momentos foram apresentados os dados da escola, os índices de avaliações internas e externas, os números de reprovação e aprovação do ano anterior e demais características da escola, com o objetivo de subsidiar a construção das estratégias pedagógicas para o ano corrente.

Todos puderam contribuir de maneira participativa e igualitária, pois esta proposta é a síntese das atividades educativas realizadas na escola. Cabe ressaltar que a sua construção partiu do desejo de criar espaços de transformação, inclusão, disseminação de cidadania e socialização da criança. Sua elaboração foi sustentada pela convivência, reflexão compartilhada e iniciativas criativas idealizadas pela Direção, Assistência, Funcionários, Professores, Alunos, Pais, membros do Conselho Escolar, do Conselho de Segurança, além de outros membros da comunidade local.

Suas estratégias metodológicas pretendem buscar alternativas para melhoria da qualidade de vida, a partir de um processo de preparação afetiva e intelectual que permita a assimilação da totalidade do conhecimento necessário ao desenvolvimento da cidadania de cada indivíduo.

Por outro lado, a visão descentralizada da Gestão Democrática, intrínseca a essa proposta, visa desenvolver em cada membro dessa comunidade, o senso de responsabilidade pela construção de um ambiente escolar saudável, propício às aprendizagens e atento ao pensar individual e coletivo.

A base legal desta Proposta Pedagógica (PP) está na lei de número 9.394 de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, o Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

2 - Historicidade

A Escola Classe Aguilhada, integrante da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, criada por meio da Resolução nº 6262/98–CD/FEDF e credenciada pela portaria nº 098 – SEE/DF de 17/05/2000, iniciou suas atividades em 27 de abril de 1998.

Localizada na BR 251, Rodovia Brasília/Unai, entrada no km 35 (antigo km 69), CEP:71693-994, zona rural da cidade de São Sebastião-DF, com telefone 98618-2736 — custeado pelos professores e funcionários — e-mail: escolaaguilhada@gmail.com e –e-mail institucional ecaguilhada@edu.se.df.gov.br e 53012070@se.df.gov.br além do site: <http://saosebastiao.se.df.gov.br/escolaaguilhada>, surgiu do anseio de toda a comunidade local em ter uma escola próxima às suas residências. Somado a esta questão da grande distância até as escolas urbanas, existia e ainda existe, o fato de não haver linhas regulares de transporte público e de comunicação nesta região. Tal circunstância contribui para o aumento dos índices de evasão e para a demora da criança em ingressar na vida escolar, evitando, assim, que suas crianças se deslocassem mais de 10 km para escolas da cidade.

Neste ano de 2019 a escola Classe Aguilhada conta com 147 estudantes matriculados em cinco turmas — do 1º ao 5º ano — do ensino fundamental que, por sua vez, passam o dia na escola (10 horas diárias), pois participam do Projeto de Educação Integral em Tempo Integral (PROEITI).

Atualmente, a Escola Classe Aguilhada possui dez professoras regentes, dois coordenadores, um diretor, uma vice-diretora, uma chefe de secretaria, uma orientadora educacional, uma professora readaptada atuando na sala de leitura, uma pedagoga, quatro vigilantes que trabalham em regime de escala, duas merendeiras, três agentes de limpeza e dez educadores sociais voluntários.

A estrutura física atual possui cinco salas de aula, uma sala de leitura, dois banheiros para estudantes, sendo um masculino e o outro feminino, um banheiro para funcionários (sem distinção de gênero), uma sala para professores, uma secretaria, uma sala de reprografia, uma sala para direção, uma cozinha, uma despensa, um depósito pequeno para guardar materiais diversos, uma sala de recursos, um pequeno pátio interno e uma área aberta ao redor da escola (limitada com cerca de arame farpado). Nessa área aberta encontra-se a quadra poliesportiva — em construção; com verba oriunda de ações promovidas pelo CEMA (Ministério Público) resultantes de penalidades impostas às empresas que cometeram infrações e por isso foram penalizadas —, um estacionamento interno, um parquinho com aproximadamente 100m² que foi adquirido por meio de doação de outra Instituição no ano de 2012, um viveiro de plantas, um espaço cercado para a criação de pequenos animais de chácara, um meliponário, dois tanques ferrocimento para captação das águas das chuvas, criação de peixes e irrigação por gravidade da horta escolar, jardins e espaços para a circulação de pessoas e materiais. Tudo dentro de uma área com aproximadamente 1.500 m².

Existe na região, de forma precária, os serviços de correios e telégrafos. No interior da escola foi disponibilizado uma Caixa Postal de uso comunitário que é pouco usada; não existe o sistema de telefonia fixa (somente um telefone rural “orelhão”, a base de energia solar, na entrada da escola). O acesso à internet (via satélite e de péssima qualidade) é fornecido pela parceria HUGHES/OI/MEC e está disponível somente para o computador da secretaria. O telefone instalado na escola — chip de celular inserido em um aparelho fixo conectado a uma antena — é custeado pelos professores e demais profissionais da instituição de ensino.

A Unidade Executora vinculada à Escola chama-se Caixa Escolar da Escola Classe Aguilhada e é a entidade sem fins lucrativos destinada a receber as verbas governamentais para serem utilizadas na escola. O CNPJ da referida Uex é 04.075.312/0001-07 e a mesma

localiza-se nas dependências da escola, haja vista seu presidente (o diretor da escola) e demais membros estarem mais presentes no ambiente escolar.

Desde o início das suas atividades, no ano de 1998, a Escola Classe Aguilhada vem atendendo as séries iniciais do Ensino Fundamental. Atualmente são atendidas cinco turmas do Ensino Fundamental de 9 anos – 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano – no PROEITI, tornando-se obrigatório o ingresso da criança na escola a partir dos seis anos de idade.

Em relação ao PROEITI (Projeto de Educação Integral em Tempo Integral), o mesmo foi implantado em 2014 e, a partir deste ano, todos os alunos passaram a permanecer 10 horas diárias na escola, todos os dias da semana — com exceção dos dias destinados aos conselhos de classe bimestrais, devido as peculiaridades da escola. Tais peculiaridades referem-se à necessidade da presença de toda a equipe pedagógica em um único momento.

Neste contexto, os alunos terão 5 horas de aula e após esse período serão dispensados. Essa estratégia foi pensada pelo fato de cada turma possuir dois professores em turnos distintos e desta forma, poder participar da referida atividade pedagógica contribuindo melhor para o delineamento de novas estratégias e, conseqüentemente, o avanço das aprendizagens dos estudantes.

O turno integral, desde então, tem como objetivo a melhoria qualitativa do ensino. Esse período adicional propicia ao aluno maior tempo para a realização de suas tarefas escolares e melhores condições de aprendizagens, através do reforço escolar, oficinas e atividades voltadas para seus interesses e necessidades. O horário Integral é uma conquista de toda comunidade escolar e os resultados alcançados refletem principalmente o alto grau de seriedade e comprometimento de todos, que direta ou indiretamente, contribuíram para a implantação e continuidade da Educação em Tempo Integral.

No Distrito Federal, a Lei nº 4.751/2012 reserva ao Conselho de Classe o status de Colegiado que comporá com outros os mecanismos da garantia da participação democrática dentro da escola. Diz o artigo 35 dessa legislação:

“O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da gestão democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e de aprendizagem, havendo tantos conselhos de classe quantas forem as turmas existentes na escola. “

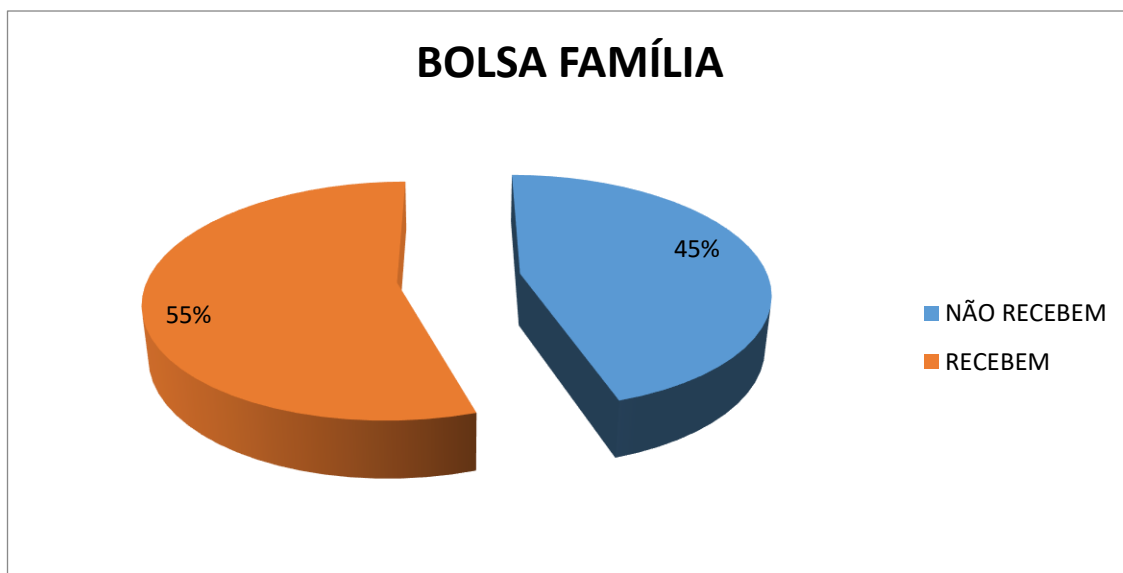
A organização dos conselhos de Classe que acontece na escola segue o padrão das Diretrizes de Avaliação da SEDF, respeitando o princípio da gestão democrática e dessa forma assegurando a participação de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

3 - Diagnóstico da Realidade

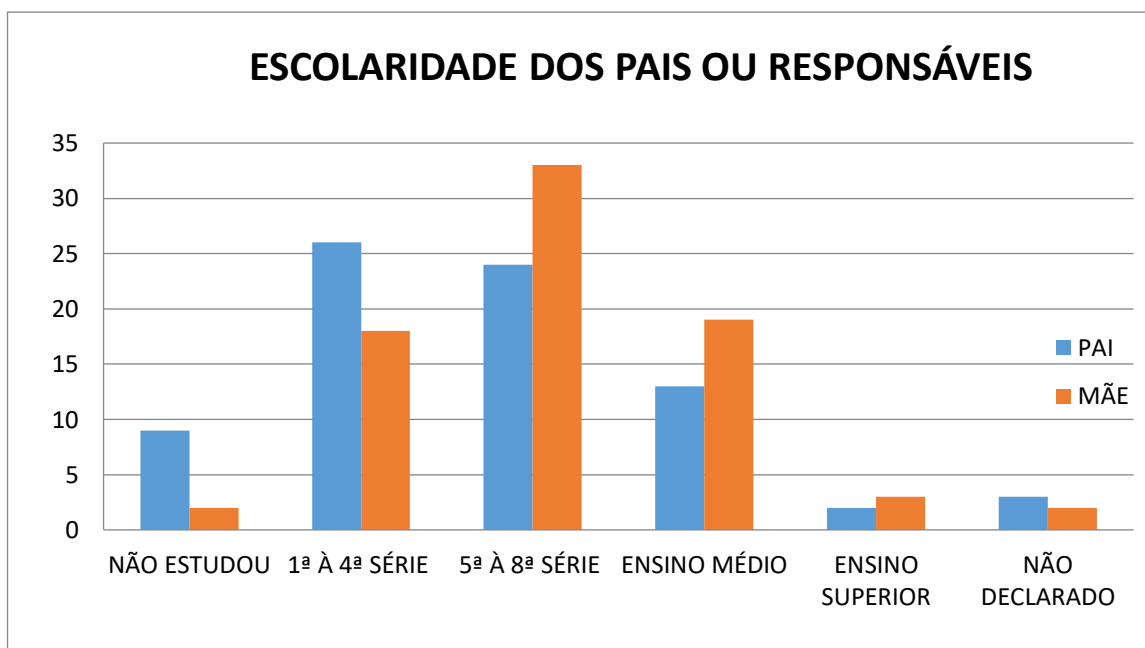
A clientela atendida é constituída por alunos de baixa renda, na grande maioria filhos de oleiros, trabalhadores rurais, e também de famílias que residem em assentamentos, acampamentos (invasão) recentes ou criados há algum tempo na região e em chácaras que, em alguns casos, distam aproximadamente até 35 km da escola.

Muitos pais ou responsáveis passam por grandes dificuldades financeiras, pois estão desempregados ou em subempregos, dependendo constantemente de doações da comunidade ou programas governamentais como, por exemplo, o Programa Bolsa Família.





Pode-se constatar que muitos pais ou responsáveis não são alfabetizados ou mal concluíram as séries iniciais do ensino fundamental. Entretanto, seus interesses esbarram nas dificuldades de acesso à escola por não haver linhas de ônibus na região, iluminação nas estradas e nenhuma escola que atenda às suas peculiaridades de horário.



Nesta comunidade o lazer se resume a esporádicos eventos desenvolvidos pela Associação dos Produtores Rurais e pela escola. Muitos nunca frequentaram um cinema ou

teatro, e outros não possuem TV em sua residência, assim como, jornais, revistas, livros, periódicos e qualquer meio de comunicação, que muitas vezes são manuseados somente na escola. Nesse sentido, buscando oportunizar vivências culturais a E.C Aguilhada procura na medida que possível organizar passeios pedagógicos para seus estudantes. Durante os passeios pedagógicos os estudantes têm a oportunidade de vivenciar novas experiências e ampliar sua bagagem cultural, além de sistematizarem de forma dinâmica os conteúdos desenvolvidos em sala de aula.

Em virtude do crescimento populacional desordenado da região, marcado por invasões e assentamentos coordenados por movimentos sociais, aumentaram expressivamente as regiões desmatadas, extinguindo-se árvores nativas do cerrado e uma grande área de reserva de pinheiros, que amenizava os períodos mais quentes e áridos do ano, servindo também de habitat de várias espécies da fauna e flora. Hoje os eucaliptos já não existem, bem como o mangueiral que foi cortado e parte da área foi ocupada por movimentos de reforma agrária desestabilizando ainda mais a região.

Em relação às verbas governamentais, os recursos financeiros destinados à escola são: o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE: Básico, Estrutura e Educação Integral), o Programa Mais Educação, o Programa Mais Alfabetização, o Programa Educador Social Voluntário e o Programa de Descentralização de Recursos Financeiros (PDAF). Eles são administrados pelo Caixa Escolar, com o auxílio e fiscalização do Conselho Escolar e da comunidade. Além destes recursos, a escola conta também — não em todos os anos — com a colaboração e com as doações dos “Parceiros da Escola”, como por exemplo, o Centro Espírita Recanto de Maria (REMA), que todos os anos faz doação de materiais escolares individuais aos alunos, o Rotary Clube, alguns pais de alunos e também eventuais verbas parlamentares.

Todavia, contamos com o apoio, sempre que possível, da Coordenação Regional de Ensino, da Administração de São Sebastião, órgãos públicos que paulatinamente colaboram (como o Ministério Público) e a parceria de alguns comerciantes, obtendo descontos na compra de produtos para a realização de alguns eventos na escola.

É consenso entre todos os membros da comunidade escolar, a necessidade do investimento governamental para a construção de um refeitório para que as crianças possam realizar as 4 refeições diárias confortavelmente, além de um laboratório de informática e ciências, para atender não só a escola como também a comunidade local. Faz-se

imprescindível tais investimentos, para que os esforços em prol da qualidade de ensino sejam potencialmente reforçados e os resultados sejam totalmente alcançados.

4 - Função Social

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) reconhece que a educação é determinada pela sociedade, mas essa determinação é relativa; a educação pode interferir na mesma, contribuindo para a sua transformação. O Currículo proposto pela SEDF, como elemento estruturante das relações sociais que ocorrem na escola, deverá articular-se com esta Proposta Pedagógica, instrumentos que definem caminhos na busca pela qualidade social da educação pública do DF.

A qualidade referenciada nos sujeitos sociais “[...] concebe a escola como centro privilegiado de apropriação do patrimônio cultural historicamente acumulado pela humanidade, espaço de irradiação e de difusão de cultura” (ARAÚJO, 2012, p. 233). Assim a escola passa a ser compreendida como espaço de produção de culturas e não de reprodução de informações, teorias, regras ou competências alinhadas à lógica mercadológica.

A E.C. Aguilhada busca, por meio de uma educação pública de qualidade, investir no diálogo com a comunidade oportunizando momentos e espaços “da” e “para” a comunidade, legitimando os saberes comunitários como sendo do mundo e da vida de todos. Assim, elaborar a Proposta Pedagógica implica pensar na escola como um polo de indução de intensas trocas culturais e de afirmação de identidades sociais dos diferentes grupos presentes. Pretende, enfim, receber e incorporar saberes próprios da comunidade, resgatando tradições e culturas populares, focalizando assim a importância da participação da comunidade nos rumos da escola.

A proposta de Educação Integral, prevista no PROEITI, sinaliza uma educação escolar ampliada em suas tarefas sociais e culturais, unindo-se com a trajetória histórica educacional do nosso país, tais quais as propostas de Anísio Teixeira, nos anos 50 e a de Darcy Ribeiro, nos anos 80 e 90.

A função social da escola como promotora de ações conjuntas intersetoriais entre os diversos atores sociais, para que de fato os princípios da Educação Integral, quais sejam, direito de aprender como inerentes ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, se configura como possibilidade de educar o ser humano na sua integralidade.

Nessa direção, conforme a Portaria nº 1, de 27/11/2009, as diretrizes norteadoras para a implementação de política de Educação Integral no Distrito Federal dispõem que;

[...] em uma escola de tempo integral e não em uma escola dividida em turnos, todas as atividades são entendidas como educativas e curriculares. Diferentes atividades - esportivas e de lazer, culturais, artísticas, de educomunicação, de educação ambiental, de inclusão digital, entre outras - não são consideradas extracurriculares ou extraclases, pois fazem parte de um projeto curricular transversal que oferece oportunidades para aprendizagens significativas e prazerosas (p.21)

5 – Princípios da Educação Integral

O PROEITI apresenta-se como um modelo de escola contemporânea, onde a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais, favorecem a aprendizagem do estudante, bem como potencializa as competências inerentes ao desenvolvimento da cidadania. No entanto, esse modelo de educação proposto, exige responsabilidade compartilhada entre os profissionais da educação, a família, a comunidade escolar, o cidadão de modo geral entre outros.

A Educação Integral tem como princípios: integralidade, intersetorialidade, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialidade, trabalho em rede e convivência escolar negociada, o que possibilita a ampliação das oportunidades às crianças e, conseqüentemente, o fortalecimento da participação cidadã no processo de concretização dos fundamentos, objetivos e procedimentos propostos pelo Currículo de Educação Básica da SEEDF e o Currículo em Movimento.

Integralidade: é um princípio que busca dar a devida atenção a todas as dimensões humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais, ou seja, a integralidade vai além do aumento de tempo do estudante na unidade escolar, já que se deve levar em consideração que o processo formativo acontece ao longo da vida de uma pessoa, e que a escola contribui com a formação humana, por meio de práticas educativas associadas a diversas áreas do conhecimento.

Intersetorialidade: assegura políticas públicas de diferentes campos, a fim de “potencializar” a oferta de serviços públicos como forma de contribuição para a melhoria da qualidade da educação.

Transversalidade: busca por em prática a “concepção interdisciplinar de conhecimento, vinculando a aprendizagem aos interesses e aos problemas reais dos estudantes e da comunidade”.

Diálogo escola-comunidade: procura “legitimar os saberes comunitários como sendo do mundo e da vida, pensando na unidade Escolar com abertura para resgatar tradições e culturas populares”.

Territorialização: o propósito é ultrapassar os muros das escolas fazendo parceria com a comunidade para a “criação de projetos socioculturais significativos e para o melhor aproveitamento das possibilidades educativas”.

Trabalho em rede e convivência escolar: “todos devem trabalhar em conjunto, trocando experiências e informações com o objetivo de criar oportunidades de aprendizagem para todas as crianças, adolescentes e jovens. ” Afinal “ o estudante não é só do professor ou da escola, mas da rede, existindo uma correspondência pela educação e pela formação do educando”.

Esses princípios são observados e contemplados nessa Proposta Pedagógica e, conseqüentemente, na organização do trabalho escolar. A perspectiva é de construção de um projeto de sociedade que consolide e difunda os princípios que alicersem as ações da Educação Integral, centradas em uma educação pública de qualidade referenciada nos sujeitos sociais. Tal tarefa visa tornar exitosa a progressão do estudante no sistema de ensino, pois oportuniza o aumento quantitativo e qualitativo no tempo de sua permanência na escola.

Quantitativo, quando se considera um número maior de horas para a realização das atividades, e qualitativo quando essas horas não se configuram apenas como suplementares, mas acrescidas ao tempo “regular” de cinco horas; tornando o período escolar único, no qual se traduz o caráter educativo intencional, possibilitando a ressignificação dos conteúdos, que devem primar pela qualidade social da educação protagonizada por todos.

A ampliação progressiva do tempo diário de permanência do estudante na escola, previsto no artigo 34 da LDB, só faz sentido se trazer uma reorganização inteligente desse tempo. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) indica, em seu artigo 2º, as diretrizes voltadas à ampliação do tempo de aprendizagem dos estudantes e a qualificação dos processos de ensino, com participação dos estudantes em projetos socioculturais e em ações educativas.

Além de ampliar a jornada escolar, possibilitar às crianças o envolvimento em atividades educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer, promovendo a redução significativa no quantitativo de reprovação, distorção idade-série e extinguindo a evasão escolar. Assim possibilitando a ampliação do tempo de aprendizagem dos estudantes ao mesmo tempo em que se amplia suas oportunidades educacionais e culturais.

A Escola Classe Aguilhada reafirma seu compromisso com a comunidade escolar e concretiza um importante gesto para com os moradores da Colônia Agrícola Aguilhada e região, ao implantar o Projeto de Educação Integral em Tempo Integral (PROEITI) nessa Unidade de Ensino. A perspectiva é de construção de um projeto de sociedade que consolide e difunda os princípios que alicerçam as ações da Educação Integral, centradas em uma educação pública de qualidade referenciada nos sujeitos sociais.

A proposta de Educação Integral, prevista no PROEITI, sinaliza uma educação escolar ampliada em suas tarefas sociais e culturais, juntando-se com a trajetória histórica educacional do nosso país, tais quais as propostas de Anísio Teixeira, nos anos 50 e a de Darcy Ribeiro, nos anos 80 e 90. Ressaltamos, ainda, a função social da escola como promotora de ações conjuntas intersetoriais entre os diversos atores sociais, para que de fato os princípios da Educação Integral, quais sejam, direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, se configurem como possibilidade de educar o ser humano na sua integralidade. Contudo, faz se extremamente necessário um maior investimento na

educação em tempo integral, principalmente no que se refere à estrutura física da escola, de forma que seja possível ofertar uma educação com a qualidade merecida pela comunidade escolar.

A diferença que se espera obter em termos de crescimento dos índices de desempenho dos estudantes, objetivo do PDE, depende, ao nosso ver, da integração de tais iniciativas (dentro e fora da escola) que venham a refletir na sala de aula, dando vida e significado ao currículo e tornando a escola mais atraente e adequada às demandas das crianças.

Princípios Epistemológicos da Educação Integral: A educação integral tem como objetivo promover uma formação acadêmica para a contínua construção do conhecimento e preparação da autonomia do cidadão, reconhecendo em cada um dos atores envolvidos nesse processo, suas limitações e deficiências referentes a cultura, a historicidade e suas particularidades, fomentando em cada um seu desenvolvimento individual, através de atividades educativas, lúdicas e pedagógicas, prezando pela construção e desenvolvimento do senso crítico e formação de cada educando.

Princípios da Educação Inclusiva: A Escola Classe Aguilhada procura ofertar o ensino de forma igualitária, desta forma a instituição busca se adequar de forma que as pessoas com necessidades educativas especiais tenham oportunidades de desenvolverem as suas condições pessoais, suas potencialidades, evitando a segregação e a discriminação.

O objetivo da educação especial inclusiva é ensinar a todos seus estudantes, sem distinção e com qualidade, favorecendo condições de acessibilidade, permanência e promovendo seu processo de ensino aprendizagem, bem como seu desenvolvimento global.

6 - Objetivo Geral da Educação Integral

Ampliar tempos, espaços e oportunidades de ensino e aprendizagem aos estudantes dessa unidade educacional, por meio da oferta de atividades pedagógicas, culturais, artísticas e esportivas relacionadas às áreas do conhecimento, concepções e eixos transversais do Currículo da Educação Básica, bem como contribuir com a formação de cidadãos para o mundo do trabalho, na perspectiva da Educação Integral, em jornada ampliada de 10 horas de trabalho pedagógico efetivo.

7 - Objetivos Específicos da/para Educação Integral

A Unidade Escolar como uma comunidade de aprendizagem articula-se visando desenvolver uma educação de qualidade a fim de:

— Realizar um trabalho pedagógico que favoreça as diferentes aprendizagens para a promoção e formação integral do estudante, fomentando o planejamento democrático, e contribuindo com a organização e a administração coletiva de um ensino público que contemple a integralidade do ser, a sustentabilidade humana e a integração da escola com a comunidade na qual está inserida;

— promover a ampliação de tempos e oportunidades educacionais, sociais, culturais, tecnológicos, científico, esportivas, de saúde e de lazer, com vistas a aprendizagens significativas, que privilegiem a formação multidimensional do estudante;

— fortalecer as estratégias de ensino por meio de um trabalho articulado, intersetorial e interdisciplinar, com vistas às aprendizagens dos estudantes e a redução da evasão e da reprovação escolar;

— estimular e promover o protagonismo juvenil, a fim de despertar no estudante a responsabilidade quanto à sua trajetória de vida;

— estimular o vínculo da escola com a comunidade, com vistas às necessidades de desenvolvimento de habilidades procedimentais e socioemocionais dos estudantes, por meio de vivências teórico-práticas nos diversos segmentos que constituem a sua trajetória de vida;

— oferecer educação com qualidades humanística, democrática e inclusiva;

— contribuir para a formação integral dos estudantes mediante atividades pedagógicas que valorizem a integralidade humana, que os preparem para o mundo do trabalho, para o prosseguimento a níveis de estudos posteriores;

— fomentar e promover espaços de formação continuada dos profissionais visando à redução da repetência escolar;

— Ampliar os espaços da escola a fim de garantir estrutura e qualidade no desenvolvimento das oficinas e atividades pedagógicas;

- Reconhecer que a Educação Física ultrapassa o contexto escolar e esportivo;
- Garantir um relacionamento satisfatório entre os servidores para o bom desenvolvimento de suas funções;
- Possibilitar atitudes que expressem a consciência dos valores universais;
- Oferecer condições para o contínuo aprimoramento do corpo docente e demais funcionários;
- Incentivar o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que assenta a vida social.

8 - Pressupostos legais e históricos (Proeiti)

Essa Proposta Pedagógica é alicerçada nas dimensões do desenvolvimento individual e o desenvolvimento social, cujos princípios norteadores são classificados por aspectos epistemológicos, didáticos pedagógicos, éticos e estéticos.

O Currículo da Educação Básica da SEEDF fundamenta-se na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural. A Pedagogia Histórico-Crítica destaca a “importância dos sujeitos na construção da história. Sujeitos que são formados nas relações sociais e na interação com a natureza para produção e reprodução de sua vida e realidade, estabelecendo relações entre os seres humanos e a natureza” (Currículo, 2014, p. 32).

A preocupação com a ampliação do tempo de ensino obrigatório no Brasil não é recente. O que pode ser observado na legislação educacional ao longo da história da educação brasileira, como uma demanda da sociedade em virtude de transformações sociais, econômicas e políticas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96 em seus artigos 34 e 87, prevê o aumento progressivo da jornada escolar para a jornada em tempo integral, conforme segue:

Art. 34 – “A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”. 2º parágrafo: O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. [...] Art. 87, parágrafo

5º - Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

Temos ainda a recomendação do Plano Nacional de Educação, Lei nº10.172/2001, que garante a Educação Integral em seus Objetivos e Metas:

Art. 21 – Ampliar, progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente. Art. 22 – Prover, nas escolas de tempo integral, preferencialmente para crianças das famílias de menor renda, no mínimo duas refeições, apoio às tarefas escolares, a prática de esportes e atividades artísticas, nos moldes do Programa de Renda Minha (hoje Programa Bolsa família) associado a Ações Socioeducativas.

A Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu artigo 221, diz que:

“A Educação, direito de todos, dever do Estado e da família, nos termos da Constituição Federal, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, fundada nos ideais democráticos de liberdade, igualdade, respeito aos direitos humanos e valorização da vida, e terá por fim a formação integral da pessoa humana, sua preparação para o exercício consciente da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (...) § 3º O Poder Público gradativamente implantará o atendimento em turno de, no mínimo, seis horas diárias, aos estudantes da rede oficial de ensino fundamental. ”

Recentemente, o Governo do Distrito Federal instituiu o decreto nº 33.329, de 10/11/2011 que regulamenta a Lei Federal nº 4.601, de 14 de julho de 2011, instituindo o Plano pela Superação da Extrema Pobreza – DF sem Miséria, que em seu art. 43.

O mesmo diz: “[...] para o atendimento das famílias pobres e extremamente pobres, em territórios de vulnerabilidade social urbana e rural, deverá ser ampliada a rede de: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; e educação de jovens e adultos – EJA.

Parágrafo único. Deverá ser progressivamente implantada a educação integral nas redes descritas”.

Enfim, é imprescindível que a educação em tempo integral seja uma das formas de desenvolvermos uma educação pública com qualidade para todos. Anísio Teixeira foi protagonista no movimento de construção de uma educação diferenciada no Brasil. A partir

de 1934, ajudou a instituir a escola de tempo integral no Rio de Janeiro e, em 1950, na Bahia, criou as escolas-parque abrindo a possibilidade para o ensino de tempo integral. Já em 1983, a educação integral ganha força, quando Darcy Ribeiro criou e colocou em funcionamento os Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs. Em 1991, Fernando Collor de Mello criou os Centros Integrados de Atendimento à Criança – CIAC. Tais iniciativas ganharam, em 1996, o apoio legal da LDB 9.394/96, que deu ênfase a ampliação da permanência do aluno na escola.

Em todas essas unidades da federação, as atividades pedagógicas foram pensadas e experimentadas em função de um conjunto de princípios educacionais defendidos por John Dewey e Anísio Teixeira, sendo que muitos desses princípios permanecem atuais e podem se constituir em fontes inspiradoras para a pedagogia da Educação Integral, que o Governo do Distrito Federal recupera e implementa como política de educação para o Estado.

O processo educativo deve ser um processo de crescimento indefinido, pois a capacidade humana de aprender, ou seja, o poder de reter da experiência alguma coisa, com que se poderá transformar a experiência futura, é de natureza indefinida. Nesse sentido, diante de um mundo em transformação sociocultural, de gerações midiáticas e digitais, dos novos papéis da mulher, dos novos arranjos familiares, da busca por um mundo menos desigual, das lutas dos movimentos sociais que sempre reivindicaram a jornada integral, dos altos índices negativos da educação pública e também das imensas potencialidades que nossos estudantes carregam e que o tempo integral pode fomentar, a E.C. Aguilhada em parceria com a SEEDF, implementa este Projeto de Educação Integral em Tempo Integral (PROEITI).

A ideia da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) de promover a Educação Integral é um resgate da própria história de Brasília que se confunde com os ideais de Anísio Teixeira para a escola, como um espaço de múltiplas funções e de convívio social, que busca o desenvolvimento integral do ser humano. Trata-se de uma visão peculiar de homem e de educação que considera o estudante com ser um único, especial e singular, na inteireza de sua essência. E a educação uma prática social que une as pessoas em torno do direito de aprender e da conquista da cidadania.

9 - Concepções de Educação Integral: ampliação de tempos, espaços e oportunidades.

Pensando na formação integral do estudante, a Escola Classe Aguilhada busca ofertar atividades voltadas para socialização, formação do caráter entre outras atividades que complementam a base curricular, contribuindo assim para formação de um ser crítico e consciente para desempenhar seu papel na sociedade.

Para realização desse trabalho é necessário a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais.

Tempos: a criança precisa gostar da escola, por isso o ambiente escolar deve ser um lugar agradável que proporcione aos estudantes oportunidades de socialização, lazer e aprendizado. Para que isso aconteça é necessário um nível mais complexo e flexível da organização do trabalho pedagógico.

Espaços: a escola não é só um espaço físico. É tudo que está relacionado ao ambiente pedagógico, sendo assim a educação integral necessita de uma rede complexa de atores, ambientes e expressões culturais presentes no cotidiano.

Nessa perspectiva é necessário compreender que a educação não se restringe aos muros da sala de aula, pois é realizada na vida em diversos momentos e múltiplos lugares. Portanto é necessário ressequinificar o próprio ambiente escolar e articula-se com outros setores como: museus, igrejas, teatros entre outros.

Oportunidades: Segundo a LDB 9.394\ 96: “ A educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Quando se fala da importância da educação para formação integral do ser e o pleno exercício da cidadania, temos consciência que para concretização desse processo é necessário além da oferta do ensino , oportunidades de aprendizagens significativas e transformadoras.

10 - Educação do Campo

A Educação do Campo é uma política pública que nos últimos anos vem se concretizando no Distrito Federal, assim como no Brasil. Uma política pública pensada, mediante a ação conjunta de governo e sociedade civil organizada. Caracterizada como o resgate de uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos ora marginalizavam os sujeitos do campo, ora vinculavam-se ao mundo urbano, ignorando a diversidade sociocultural do povo brasileiro, especialmente aquela expressa na prática social dos diversos sujeitos do campo.

A construção das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo é mais um passo importante na afirmação da educação como um direito universal, pois vem auxiliar o professor a reorganizar a sua prática educativa, tornando-a cada vez mais próxima da realidade dos sujeitos do campo, criando assim um sentimento de pertencimento das crianças e adolescentes, que vão ter na escola um trabalho educativo com sentido em suas vidas. A intenção é que as Diretrizes possam motivar os professores na observação e apropriação da riqueza que o campo brasileiro oferece à ampliação dos conhecimentos escolares.

Os sujeitos do campo têm direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. Por isso é indispensável ressaltar que o diálogo e a vontade política são essenciais para que as políticas públicas não sejam uma via de mão única, mas um caminho trilhado em meio a tensões e conflitos, estes, necessários à construção de relações democráticas na sociedade.

11 - Concepção de campo e de educação do campo

É importante fazer uma distinção dos termos “rural” e “campo”. A concepção de rural representa uma perspectiva política presente nos documentos oficiais, que historicamente fizeram referência aos povos do campo como pessoas que necessitam de assistência e proteção, na defesa de que o rural é o lugar do atraso. Trata-se do rural pensado a partir de

uma lógica economicista, e não como um lugar de vida, de trabalho, de construção de significados, saberes e culturas. Como consequência das contradições desse modelo de desenvolvimento, está, por um lado, a crise do emprego e a migração campo-cidade e, por outro, a reação da população do campo que, diante do processo de exclusão, organiza-se e luta por políticas públicas, construindo alternativas de resistência econômica, política e cultural que também inclui iniciativas no setor da educação.

A concepção de campo tem o seu sentido cunhado pelos movimentos sociais no final do século XX, em referência à identidade e cultura dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Trata-se do campo como lugar de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência. Assim, essa compreensão de campo vai além de uma definição jurídica. Configura um conceito político ao considerar as particularidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica.

A perspectiva da educação do campo se articula a um projeto político e econômico de desenvolvimento local e sustentável, a partir da perspectiva dos interesses dos povos que nele vivem. O que caracteriza os povos do campo é o jeito peculiar de se relacionarem com a natureza, o trabalho na terra, a organização das atividades produtivas, mediante mão-de-obra dos membros da família, cultura e valores. Princípios esses que enfatizam as relações familiares e de vizinhança, que valorizam as festas comunitárias e de celebração da colheita e o vínculo com uma rotina de trabalho.

A identidade dos povos do campo comporta categorias sociais como posseiros, boias-frias, ribeirinhos, ilhéus, atingidos por barragens, assentados, acampados, arrendatários, pequenos proprietários ou colonos ou sitiantes – dependendo da região do Brasil em que estejam – caboclos dos faxinais, comunidades negras rurais, quilombolas e, também, as etnias indígenas. A identidade política coletiva é gerada a partir da organização das categorias em movimentos sociais, a exemplo do MST, das etnias indígenas, dos quilombolas, dos atingidos por barragens e daqueles articulados ao sindicalismo rural combativo.

A identidade sociocultural é dada pelo conceito de cultura. Schelling (1991) traz uma definição de cultura como práxis que pode ser útil à educação do campo. Para a autora, a capacidade do homem de se transformar e ser transformado são uma característica humano-

genérica (estruturar e ser estruturado) e essa capacidade está na base do conceito de cultura como práxis, por meio da qual:

[...] o homem não só se adapta ao mundo, como também o transforma. Essa transformação ocorre em dois níveis: em primeiro lugar no nível da interação do homem com a natureza e como ser da natureza, modificando o ambiente natural com o uso de ferramentas. Ocorre também no nível da consciência, da interação comunicativa entre os indivíduos e sua organização social (SCHELLING, 1991, p.32).

É na prática que o homem tem condições de superar a própria situação de opressão, mediante a análise de que a divisão do trabalho é característica de uma determinada formação social e não um fato natural. A práxis passa a ser condição para a ação revolucionária, de modo que os homens podem pensar o sentido de suas atividades, a sua organização política e ações conjuntas na luta contra a opressão.

12 - Trajetórias da Educação do Campo

Um dos desafios desse século é o de superar as contradições sociais, especialmente nos países com alto grau de concentração de renda e desigualdade. A fome, a miséria, a exclusão, a exploração são condições que exigem projetos políticos nacionais e internacionais de enfrentamento para sua superação. O Brasil é um exemplo de país contraditório, com imenso potencial humano e de biodiversidade, mas com excessiva concentração de renda e altos níveis de pobreza. Dentre as contradições da sociedade brasileira, tem presença a questão agrária, que, como diz Martins (2000, p. 98-99):

[...] tem a sua própria temporalidade, que não é o 'tempo' de um governo. Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades, e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas, tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política.

Para o autor, a questão agrária é eminentemente histórica; trata-se do tempo da conjuntura histórica e não simplesmente das diversas conjunturas políticas e econômicas. “A questão agrária está no centro do processo constitutivo do Estado republicano e oligárquico no Brasil, assim como a questão da escravidão estava nas próprias raízes do Estado monárquico no Brasil imperial” (MARTINS, 2000, p. 101).

Nesse contexto, é preciso pensar a educação do campo, que esteve à margem das políticas educacionais, uma vez que, da ótica oficial, a educação não era necessária aos povos trabalhadores da terra. A questão agrária esteve visível em diferentes conjunturas políticas, em função da atuação dos movimentos que reivindicam reforma agrária, muito embora ela tenha sido tratada como problema social, como diz Martins (2000), e não como questão estrutural.

Por fim, a Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião, juntamente com as Escolas do Campo de todo o Distrito Federal, discutem e repensam sobre o conceito de educação “no” e “para” o campo, empregando grande empenho para a elaboração de propostas de políticas públicas. Destacando-se também a construção contínua e sistematizada de um “inventário” (que se encontra em construção por essa unidade de ensino) que expresse claramente a identidade única e peculiar das escolas rurais/campo, para a promoção de ações que fomentem a garantia de direitos desses povos.

13 - A educação do campo para os sujeitos do campo

Sabemos que nos últimos anos o cenário educacional brasileiro passou a ser ocupado por sujeitos coletivos que não haviam ainda protagonizado este espaço: os movimentos sociais do campo. Esses sujeitos coletivos, a partir de suas lutas sociais e de suas práticas educativas, articulados nacionalmente no Movimento de Educação do Campo, têm sido capazes de, com suas ações, interrogar e apresentar alternativas ao projeto hegemônico de desenvolvimento rural, às tradicionais escolas rurais e aos processos de formação de educadores. Os avanços conquistados abrangem: obtenção de marcos legais e de programas educacionais destinados a esses sujeitos; inserção do tema na agenda de

pesquisa das universidades públicas brasileiras e articulação entre os diferentes movimentos sociais e instituições que lutam pela Educação do Campo.

No entanto, as principais questões que devem ser transformadas para que as escolas do campo atuem de acordo com os princípios do Movimento referem-se a:

- Formulação e execução de um projeto de educação integrado com um projeto político de transformação social liderado pela classe trabalhadora;
- Garantia da articulação político-pedagógica entre escola e comunidade a partir do acesso ao conhecimento científico;
- Vinculação dos processos de ensino/aprendizagem com a realidade social e as condições de reprodução material dos educandos.

Sabe-se que nos últimos anos, os movimentos sociais e sindicais rurais organizaram-se e desencadearam um processo nacional de luta pela garantia de seus direitos, articulando as exigências do direito à terra com as lutas pelo direito à educação.

Esse processo nacionalmente se reconhece como Movimento de Educação do Campo que tem como enfrentamento vários desafios. Sua novidade se refere principalmente ao protagonismo de sujeitos que não haviam antes ocupado a cena educacional brasileira: os trabalhadores rurais. É em função desse protagonismo que o conceito Educação do Campo se vincula necessariamente ao contexto no qual se desenvolvem os processos educativos e os graves conflitos que ocorrem no meio rural brasileiro, em decorrência dos diferentes interesses econômicos e sociais em disputa pela utilização desse território.

Tendo sua origem no processo de luta dos movimentos sociais para resistir à expropriação de terras, a Educação do Campo vincula-se à construção de um modelo de desenvolvimento rural que priorize os diversos sujeitos sociais do campo, isto é, que se contraponha ao modelo de desenvolvimento hegemônico que sempre privilegiou os interesses dos grandes proprietários de terra no Brasil, e também se vincula a um projeto maior de educação da classe trabalhadora, cujas bases se alicerçam na necessidade da construção de um outro projeto de sociedade e de nação.

Em função dessa intrínseca vinculação, a Educação do Campo compreende os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo em suas lutas cotidianas para manterem essa identidade como elementos

essenciais de seu processo formativo. O acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização para os sujeitos do campo fazem parte dessas lutas.

Parte relevante do Movimento da Educação do Campo tem-se voltado para a redução das intensas desigualdades e da precariedade do acesso à educação escolar, nos diferentes níveis, no meio rural. Dentre as graves carências, destacam-se:

- A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, que apresenta um patamar três vezes superior àquele da zona urbana;
- A escolaridade média da população de 15 anos ou mais, que vive na zona rural;
- As condições de funcionamento das escolas de ensino fundamental, em que a maioria dos alunos são atendidos em escolas que não dispõem de biblioteca e/ou quadra poliesportiva;
- A maioria das escolas não possuem laboratório de Ciências, e quase todas as escolas não têm acesso à internet;
- Oferta educacional insuficiente ou inexistente para educação infantil e Ensino médio.

Existe uma desproporção na distribuição percentual das matrículas (séries iniciais, finais e médio) revelando um afunilamento na oferta educacional do meio rural, dificultando o progresso escolar daqueles alunos que estariam almejando continuar os seus estudos em escolas localizadas nesse território (mais próximo de casa). Em decorrência destes problemas, observa-se que a taxa de escolarização no campo é extremamente baixa, enquanto na área urbana esta taxa é muito maior. As baixas taxas de escolarização correspondem os altos índices de distorção idade-série no campo e abandono, que já se manifestam no ensino fundamental e se agravam intensamente no ensino médio, registrando uma grande distorção.

Ainda é muito arraigado em nossa cultura e nas relações entre os sujeitos, o imaginário sobre a inferioridade do espaço rural, destinando a ele o que sobra no espaço urbano. Isto funciona não só com o mobiliário para as escolas do meio rural, mas também com os meios de transporte, que apresentam sempre péssimas condições.

Quanto aos educadores pode-se afirmar que:

- Na maioria das vezes, não possuem formação continuada adequada para o ensino no campo;

— A rotatividade é grande, muitas vezes devido ao distanciamento do meio urbano e condições precárias das estradas rurais.

Além disso, é preciso esclarecer que a definição de escola do campo tem sentido somente quando pensada a partir das particularidades dos povos do campo devendo corresponder à necessidade da formação integral desses povos. Para tal, precisa garantir o acesso a todos os níveis e modalidades de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial) e não apenas se restringir, como usualmente, aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

14 - Os sujeitos da educação do campo e a sua diversidade

Um desafio está posto à educação do campo: considerar a cultura dos povos do campo em sua dimensão empírica e fortalecer a educação escolar como processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos. Assim, o conceito de cultura como práxis guarda relação com a compreensão da história como processo coletivo de autocriação do homem, sob a possibilidade de criar uma ordem social de maior liberdade e justiça (SCHELLING, 1991, p. 37-38). Entender o campo como um modo de vida social contribui para auto afirmar a identidade dos povos do campo, para valorizar o seu trabalho, a sua história, o seu jeito de ser, os seus conhecimentos, a sua relação com a natureza e como ser da natureza. Trata-se de uma valorização que deve se dar pelos próprios povos do campo, numa atitude de recriação da história.

Em síntese, o campo retrata uma diversidade sociocultural, que se dá a partir dos povos que nele habitam: assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, reassentados atingidos por barragens, pequenos proprietários, vileiros rurais, povos das florestas, etnias indígenas, comunidades negras rurais, quilombos, pescadores, ribeirinhos e outros mais. Entre estes, há os que estão vinculados a alguma forma de organização popular, outros não. São diferentes gerações, etnias, gêneros, crenças e diferentes modos de trabalhar, de viver, de se organizar, de resolver os problemas, de lutar, de ver o mundo e de resistir no campo. Tal diversidade encontrada nas populações

do campo sinaliza um fato que não pode ser deixado de lado: as escolas do campo terão presente no seu interior essa conflituosa, portanto rica, diversidade sociocultural e política.

A educação do campo deve estar vinculada a um projeto de desenvolvimento peculiar aos sujeitos que a concernem. São povos que ao longo da história foram explorados e expulsos do campo, devido a um modelo de agricultura capitalista, cujo eixo é a monocultura e a produção em larga escala para a exportação, com o agronegócio, os insumos industriais, agrotóxicos, as sementes transgênicas, o desmatamento irresponsável, a pesca predatória, as queimadas de grandes extensões de florestas, a mão-de-obra escrava. Eis por que a educação do campo deve ter como fundamento o interesse por um modelo cujo foco seja o desenvolvimento humano. Como afirma Fernandes (2005), que seja um debate da questão agrária mediante o princípio da superação, portanto, da luta contra o capital e da perspectiva de construção de experiências para a transformação da sociedade.

15 - Educação do Campo e seus desafios

A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas, onde os maiores e principais desafios é de garantir o direito de uma educação NO e DO campo, assegurando que esses povos sejam educados no lugar onde vivem e sendo participantes do processo de construção da proposta educativa, que se deve a partir de sua própria história, cultura e necessidades. Tratada como política compensatória, suas demandas e sua especificidade raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço da academia e na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

A educação para os povos do campo é trabalhada a partir de um currículo essencialmente urbano e, quase sempre, deslocada das necessidades e da realidade do campo, portanto é urgente discutir a educação do campo e, em especial, a educação pública no Brasil. A cultura, os saberes da experiência, a dinâmica do cotidiano dos povos do campo raramente é tomada como referência para o trabalho pedagógico, bem como para organizar o sistema de ensino, a formação de professores e a produção de materiais didáticos. Essa visão, que tem permeado as políticas educacionais, parte do princípio que o espaço urbano serve de modelo ideal para o desenvolvimento humano. Esta perspectiva contribui para

descaracterizar a identidade dos povos do campo, no sentido de se distanciarem do seu universo cultural.

Essa lógica faz parte de um modelo de desenvolvimento econômico capitalista, baseado na concentração de renda; na migração do trabalhador rural para as cidades, atuando como mão-de-obra barata, na grande propriedade e na agricultura para exportação que compreende o Brasil apenas como mercado emergente, predominantemente urbano e que prioriza a cidade em detrimento do campo. Entre as características da educação do campo que se pretende construir, estão:

Concepção de mundo: o ser humano é sujeito da história, não está “colocado” no mundo, mas ele é o mundo, faz o mundo, faz cultura. O homem do campo não é atrasado e submisso; antes, possui um jeito de ser peculiar; Ele pode estar organizado em movimentos sociais, em associações ou atuar de forma isolada, mas o seu vínculo com a terra é fecundo. Ele cria alternativas de sobrevivência econômica num mundo de relações capitalistas selvagens;

Concepção de escola: local de apropriação de conhecimentos científicos construídos historicamente pela humanidade e local de produção de conhecimentos em relações que se dão entre o mundo da ciência e o mundo da vida cotidiana. Os povos do campo querem que a escola seja o local que possibilite a ampliação dos conhecimentos. Portanto, os aspectos da realidade podem ser pontos de partida do processo pedagógico, mas nunca o ponto de chegada.

O desafio é lançado ao professor, a quem compete definir os conhecimentos locais e aqueles historicamente acumulados que devem ser trabalhados nos diferentes momentos pedagógicos. Os povos do campo estão inseridos nas relações sociais do mundo capitalista e elas precisam ser desveladas na escola;

Concepção de conteúdos e metodologias de ensino: conteúdos escolares são selecionados a partir do significado que têm para determinada comunidade escolar. Tal seleção requer procedimentos de investigação por parte do professor, de forma que possa determinar quais conteúdos contribuem nos diversos momentos pedagógicos para a ampliação dos conhecimentos dos educandos. Estratégias metodológicas dialógicas, nas quais a indagação seja frequente, exigindo do professor muito estudo, preparo das aulas e possibilitando relacionar os conteúdos científicos aos do mundo da vida que os educandos trazem para a sala de aula;

Concepção de avaliação: processo contínuo e realizado em função dos objetivos propostos para cada momento pedagógico seja bimestral, semestral ou anual. Pode ser feita de diversas maneiras: trabalhos individuais, atividades em grupos, trabalhos de campo, elaboração de textos, criação de atividades que possam ser um “diagnóstico” do processo pedagógico em desenvolvimento. Muito mais do que uma verificação para fins de notas, a avaliação é um diagnóstico do processo pedagógico, do ponto de vista dos conteúdos trabalhados, dos objetivos, e da apropriação e produção de conhecimentos. É um diagnóstico que faz emergir os aspectos que precisam ser modificados na prática pedagógica.

Para a educação que se quer construir, um procedimento essencial é a escuta, outro grande desafio:

- Escutar os povos do campo, a sua sabedoria, as suas críticas;
- Compreender as reivindicações dos educandos e as suas observações, reclamações ou satisfações com relação à escola e à sala de aula;
- Buscar soluções para as carências expostas pelos professores das escolas do campo;
- Ouvir cada um dos sujeitos que fazem o processo educativo: comunidade escolar, professores e governos, nas esferas local, distrital e federal.

É por meio dessa escuta que é gerado o diálogo e nele são explicitadas as propostas políticas e pedagógicas necessárias à escola pública.

Os desafios são muitos e as reflexões e as ações que precisam acontecer não cessam. Todavia, acreditamos que a partir da nossa prática e nossas lutas vai se construindo, simultaneamente ao seu desenvolvimento, uma nova concepção de escola. O movimento desencadeado pelos sujeitos coletivos de direito do campo interroga a tradicional escola rural na sua forma de ensinar, de lidar com o conhecimento, de tratar as relações sociais que dentro dela ocorrem, de recusar vínculos com a comunidade que está ao seu redor.

O movimento da Educação do Campo, durante sua trajetória, no Distrito Federal, à medida que cresce e se estende a partir da prática de diferentes sujeitos coletivos, vai impondo novas questões não só aos espaços escolares nos quais se desenvolve, mas também às instituições que formam os educadores que lá atuarão.

E por fim, considerando todo o teor aqui explanado e as reflexões aqui apresentadas, cabe destacar alguns desafios da Educação no Campo no Distrito Federal:

- Aprovar os marcos legais da Educação do Campo;
- Ampliar e reformar todas as escolas do campo do DF;
- Formar grupos de trabalho visando a elaboração de livros didáticos e materiais didático-pedagógicos com conteúdo camponeses locais, para que os estudantes possam intensificar os conhecimentos da sua região administrativa, executando políticas curriculares baseadas na identidade cultural dos povos do campo;
- Incluir, nas escolas do campo, a temática camponesa de forma expressiva, na Semana de Educação para a Vida;
- Construir mais escolas de Ensino Médio/Profissionalizante em regiões como a Aguilhada, por exemplo;
- Institucionalizar o Dia do Campo no Calendário Escolar;
- Garantir a Formação Continuada para os profissionais da Educação do Campo;
- Possibilitar atuação exclusiva dos coordenadores intermediários na pasta da Educação do Campo;
- Assegurar transporte escolar adequado à realidade do campo;
- Construir curso de Especialização em Educação do Campo, em parceria EAPE/UnB;
- Promover entrevistas para o processo de remanejamento, com vistas às escolas do campo; dentre outros.

Assim sendo, cabe ao Distrito Federal elaborar sua Política Pública em consonância com os marcos legais, considerando a constituição histórica da relação entre urbano e rural no Brasil e as especificidades do território desta unidade da Federação.

16 - Construção do Inventário: a escola vivenciando seu território

As diversas modalidades de ensino da educação do Campo destinam-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção, como salientado acima. O que faz com que o Projeto Político Pedagógico dessa escola seja construído com toda a autonomia, em diálogo com a comunidade escolar e local. Sendo elaborado, desenvolvido e avaliado sob as orientações da Educação do Campo, com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos estudantes do campo respeitando alguns princípios conforme indica o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal:

— O respeito à diversidade no campo em seus diversos aspectos;

A articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, justo e — sustentável;

— A valorização da identidade da escola do campo;

— Flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às necessidades do meio rural;

— Participação efetiva da comunidade e dos movimentos sociais do campo no controle social da qualidade da educação escolar;

— O desenvolvimento pedagógico e curricular de forma que os saberes e os fazeres do povo camponês constituam referência para a práxis pedagógica;

— A organização do trabalho pedagógico pautada no trabalho como princípio educativo.

O Inventário da Escola e da Comunidade é um caminho para a construção da identidade da escola do campo, é uma metodologia que visa produzir conhecimento sobre os domínios da vida social, aos quais são atribuídos sentidos e valores, e que constituem marcos e referências de identidade para um grupo social.

Portanto o objetivo do inventário é produzir conhecimento sobre a comunidade, identificar suas histórias, memórias, saberes. Assim como suas lutas, suas formas de organizar e abrir a escola pra outros tempos do viver.

Trata-se de uma profunda inserção da dimensão humana da instituição educacional, que vem a ser a comunidade escolar (professores, alunos, pais, responsáveis, servidores, comunidade adjacente) no contexto espaço-temporal de cada escola.

Desse modo, convém destacar que os objetivos primordiais da Educação do Campo, que não devem ser esquecidos, e que são citados no Regimento Escolar da rede Pública de Ensino do Distrito Federal são:

- Reduzir os indicadores de analfabetismo com a oferta de políticas de Educação de Jovens e Adultos, nas localidades onde vivem e trabalham;
- Fomentar a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens Adultos, integrando qualificação social e profissional ao ensino fundamental, articulada à promoção do desenvolvimento sustentável do campo;
- Contribuir para a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, uso da internet e outras tecnologias digitais;
- Facilitar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica, integrada com o Ensino Médio, com perfis adequados às características socioeconômicas da região.

O Inventário da E.C. Aguilhada foi construído gradativamente num processo contínuo de investigação e escuta da comunidade, portanto. E através dessas informações, juntamente com os alunos, constrói-se o conhecimento sobre a comunidade. Conhecimento esse que não se encerra em si mesmo, mas é o ponto de partida para o maior desafio: conectar a escola com a vida, dar sentido ao conhecimento escolar.

Desse modo, após o levantamento dessas informações sugere-se um Roteiro para a construção do Inventário, que refletirá a real identidade dessa comunidade à qual os alunos estão inseridos. Seguem alguns passos essenciais que foram respeitados nessa construção:

- **Levantar as informações gerais sobre a comunidade:** condições de acesso, energia elétrica, telefone, água, saneamento básico, modalidade de ensino oferecido, número de famílias que vivem na comunidade e etc.
- **Conhecer os grupos organizativos da comunidade:** se há lideranças e como são escolhidos, em qual periodicidade se encontram, se há interação, conflitos e quais ações positivas, e de que forma a comunidade participa, dentre outros.
- **Pesquisar sobre as famílias:** onde nasceram, quando e porque foram morar na comunidade, se são acampados, assentados, posseiros, proprietários, origem da renda familiar, o que produzem ou criam (e o fazem de forma coletiva ou individual, se há crédito

do governo, se conta com assistência técnica e se a produção é para subsistência ou comercialização) e o que a família sabe sobre a história da comunidade.

— **Pesquisar sobre a história da comunidade:** registrando data, nome e local de moradia das pessoas ouvidas. Realizando conversa com pessoas que conhecem bem a comunidade para fazer registros importantes como:

A história da comunidade: em que ano e como surgiu, seu processo de constituição, a formação dos grupos ao longo da história...

Como era a região no início e como está agora: em relação aos recursos naturais, vegetação nativa, preservação das margens dos rios, das nascentes e áreas de reserva...

Quais os processos produtivos mais importantes, principais fontes de renda, se há representante da comunidade que faz parte de algum conselho...

Cultura e lazer: quais as formas de manifestações que a comunidade mantém, produz e consome e por quais meios...

Saúde e ambiente: identificar as questões ambientais que tem consequência na saúde da comunidade (agrotóxico, lixo, queimadas, poluição, de nascentes), se a comunidade faz uso de plantas medicinais...

Procurar atas e documentos que registram a história, a criação de associações, etc.: o que dizem os documentos, se dizem a mesma coisa, se a história contada oralmente pelas pessoas é igual a que está escrita...

Construir um mapa da comunidade: indicando a localização aproximada de rios e córregos, área de reserva, chapada, casas ou parcelas, estradas de acesso, escolas, igrejas, etc. Sugere-se a reunião de pessoas da comunidade ou da escola para a construção do mapa, observando a percepção das pessoas sobre a sua comunidade/assentamento.

Os resultados dessa investigação, por meio da coleta de dados, resultarão no Inventário da E.C. Aguilhada serviu para fortalecer ainda mais o vínculo entre comunidade – escola e dará voz na aquisição e ampliação de novas conquistas, garantindo novos direitos e assegurando os já adquiridos. Pois para a Educação do Campo, o debate sobre a

educação é indissociável do debate sobre os modelos de desenvolvimento em disputa na sociedade e o papel no campo nos diferentes modelos.

O território do campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é território de produção de vida, de produção de novas relações sociais, de novas relações entre as pessoas e a natureza, de novas relações entre o rural e o urbano.

O debate e reflexão sobre as questões que envolvem a Educação do campo, juntamente com a coleta de dados e registros produzidos por meio do Inventário, ampliam a discussão e ajudam a produzir um novo olhar para o campo e para os sujeitos que nele vivem. E faz isso em sintonia com uma nova dinâmica social de valorização desse território e de buscas de alternativas para melhorar a situação de quem vive e trabalha nele.

Por fim, uma dinâmica que vem sendo construída por sujeitos que já não aceitam mais que o campo seja lugar de atraso e de discriminação, mas lutam para fazer dele uma possibilidade de vida e de trabalho para muitas pessoas, assim como a cidade também deve sê-lo, nem melhor nem pior, apenas diferente, uma escolha.

17 - Organização do Trabalho Pedagógico

A organização do trabalho pedagógico pressupõe a ação da escola com vistas à elaboração, implementação e avaliação constantes dessa Proposta Pedagógica, nos diversos espaços e tempos, incluindo a coordenação pedagógica. Sendo assim, é imprescindível a participação de todos os envolvidos em sua implementação desde a concepção, em que as diretrizes apresentadas nessa PP sinalizam a organização do trabalho pedagógico, considerando o planejamento mais amplo da escola, bem como da aula.

Desse modo, as atividades pedagógicas desenvolvidas no espaço da sala de aula ficam limitadas em virtude do pequeno espaço físico disponível. Tal fato se deve a quantidade elevada de estudantes por sala e ao cálculo da capacidade física das mesmas;

cálculo este que não considera os espaços destinados aos armários, mesas de professores, entre outros, inerentes às salas de turmas das séries iniciais do ensino fundamental.

Os espaços externos às salas de aula costumam ser utilizados conforme o planejamento pedagógico. Neste contexto, incluem-se as atividades dos projetos, algumas atividades planejadas individualmente por cada professor, atividades de recreação dirigidas, oficinas pedagógicas desenvolvidas com o auxílio dos educadores sociais voluntários e de outros membros da comunidade escolar, hora cívica, reuniões de pais e da comunidade escolar de forma geral.

Ressalta-se, contudo, que esses espaços necessitam ser melhorados, por meio de investimentos financeiros por parte da SEDF (ou qualquer outra fonte que seja), de forma a contribuir para uma ação pedagógica mais eficiente do professor.

O planejamento pedagógico é assumido pelo grupo como prática de reflexão, diagnóstica e de tomada de decisões registradas nos planos de trabalho, de unidade ou de aula. É sabido que o planejamento imprime qualidade ao trabalho pedagógico a partir do momento que aponta com clareza onde se quer chegar, levanta questionamentos e indica caminhos. “Uma das funções mais importantes do planejamento é assegurar a unidade e coerência do trabalho pedagógico da escola como um todo e o de cada turma em particular” (VILLAS BOAS, 2004, p.95).

Logo, a partir da elaboração, implementação e avaliação coletiva da PP juntamente com a orientação e coordenação pedagógica, surge o desafio de organizar o currículo da escola, tomando como referência o Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014), com vistas ao planejamento do trabalho pedagógico dos professores e estudantes.

Para auxiliar a organização curricular, sugere-se o planejamento por unidades didáticas, sendo essa uma possibilidade que pode ser ampliada e ressignificada pelos profissionais da educação, conforme sua metodologia de trabalho. A integração curricular expressa no planejamento da unidade didática ocorre por meio de temas, problemas ou questões que surgem, tanto no contexto social no qual os estudantes e profissionais estão inseridos, quanto dos conteúdos propostos. Os detalhes do planejamento da unidade didática são feitos por meio de diferentes modalidades de organização do trabalho pedagógico, tais como sequências e projetos didáticos.

Assim, organizar o trabalho pedagógico por meio de diferentes modalidades, como sequencias e projetos didáticos, proporciona diversas oportunidades de aprendizagem, o que torna um ganho significativo na formação dos estudantes. Nesse sentido, vale frisar que diferentes estratégias pedagógicas de intervenção para as aprendizagens são adotadas, como forma de atender prontamente as dificuldades específicas de cada estudante, destacando-se entre elas o Projeto Interventivo e o Reagrupamento (intraclasse e interclasse) conforme consta nos documentos normativos da SEDF.

Nessa perspectiva, a organização do trabalho pedagógico da E.C. Aguilhada é pautada na Proposta Pedagógica juntamente com as ações do professor em sala de aula, com o foco no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, tendo na coordenação pedagógica (15horas semanais) seu espaço primordial de construção. Essa possibilidade de trabalho colaborativo, de interações com compromisso mútuo e de formação continuada concretiza-se por meio das ações coletivas e individuais, e pelas intencionalidades pedagógicas declaradas nessa PP, como compromisso de todos.

É importante destacar que as quinze horas semanais destinadas à Coordenação Pedagógica possibilita a formação continuada do docente, o planejamento e avaliação dos trabalhos pedagógicos, bem como o atendimento às necessidades específicas de aprendizagens dos estudantes, entre outras. A coordenação pedagógica passa pelo comprometimento dos docentes e pela gestão desta unidade escolar responsável em dinamizá-la a partir do trabalho coletivo.

A organização escolar implica um trabalho colaborativo fortalecido pela participação de todos (gestores e docentes), por meio do diálogo entre os profissionais da educação e o compartilhamento de experiências e conhecimentos, o planejamento, a execução e a avaliação de estratégias pedagógicas previstas para os anos iniciais. Nesse sentido, é necessário pensar alternativas pedagógicas para superar o trabalho escolar que ainda se desenvolve de modo fragmentado e individualizado, inviabilizando uma prática pedagógica interdisciplinar e contextualizada que favoreça o ensino e a aprendizagem.

A atuação dos coordenadores pedagógicos, bem como da equipe gestora está diretamente relacionada ao ato de ensinar e de aprender dos professores, sendo que o envolvimento com o processo educativo oportuniza um trabalho coeso e coletivo entre docentes. Fazendo parte também das funções dos coordenadores, não somente o acompanhamento dos professores, mas também o trabalho colaborativo entre eles,

rompendo com o trabalho fragmentado, desenvolvendo e organizando várias ações pedagógicas: de planejamento, intervenção, mediação, acompanhamento, avaliação dentre outras.

A coordenação pedagógica constitui-se, desse modo, espaço de singular importância para o êxito dos trabalhos da escola, especialmente as organizadas em forma de ciclos, o que requer um espaço pedagógico mais dinâmico com o envolvimento efetivo dos professores e demais profissionais da educação.

18 - O Papel do Educador Social Voluntário (ESV)

Segundo as Diretrizes Pedagógicas e Operacionais os Educador Social Voluntário (ESV), que atua na Educação Integral, deve auxiliar no desenvolvimento das atividades realizadas com os estudantes, de acordo com a orientação e supervisão do professor. Este suporte diário, em regime de trabalho voluntário contribuindo assim para formação integral dos discentes.

19 - Serviço de Orientação Educacional

O Serviço de Orientação Educacional - SOE é um serviço de apoio que visa assessorar a equipe diretiva e a coordenação pedagógica, contribuindo na integração da comunidade escolar de forma preventiva e educativa, auxiliando no desenvolvimento integral de seus membros em consonância com os objetivos propostos pela Proposta Pedagógica - PP, bem como busca a coerência entre teoria e prática educacional, respeitando os princípios e concepções do Regimento Escolar.

Atua diretamente com os pais, professores e alunos que apresentam dificuldades nas áreas afetiva, cognitiva e social, realizando encaminhamentos/acompanhamentos necessários, juntamente aos órgãos governamentais disponíveis no âmbito Municipal, Estadual e/ou Federal, a depender da situação específica. Dentre os quais destacamos o Conselho Tutelar e o CRAS, na busca de alternativas para minimizar dificuldades

pedagógicas, investigando as implicações sociais, cognitivas e emocionais da defasagem de aprendizagem.

Realiza, ainda, acompanhamento sistemático à pais e responsáveis que necessitam de aconselhamento e orientação, procurando manter contato com os mesmos. Bimestralmente participa, juntamente com professores, e coordenação pedagógica e equipe diretiva, do Conselho de Classe Participativo, visando encontrar alternativas em conjunto para a solução de problemas de cada turma.

Convém salientar que o trabalho coletivo de toda a equipe escolar se apresenta como o principal responsável pelo alcance dos objetivos propostos, que ganha vida dentro das salas de aula, exigindo profissionalismo e compromisso de todos os envolvidos com o processo de ensinar e aprender. Sendo o espaço e a coordenação pedagógica ferramenta imprescindível, pois é nela que se dá a construção coletiva do fazer pedagógico realizado na escola. Trabalho direcionado por meio da PP, que deve considerar a avaliação formativa e o Currículo em sua organização, a partir de uma prática pedagógica sustentada nos eixos transversais e nos eixos integradores.

20 - Atuação de Equipes Especializadas e Outros Profissionais

20.1 – Apoio à Aprendizagem (Pedagoga e Sala de Recursos)

A Educação Especial tem sido definida em nosso país segundo uma perspectiva mais ampla que ultrapassa a simples concepção de atendimento especializado tal como vinha sendo a sua marca nos últimos tempos.

Nesse sentido, uma análise de diversas pesquisas brasileiras identifica tendências que evitam considerar a Educação Especial como um sistema à parte e reforçam o seu caráter interativo na educação geral. Sua ação transversal permeia todos os níveis – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior, bem como as modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional.

A Educação Especial, no enfoque inclusivista proposto pela LDB, cumpre sua especificidade ao possibilitar aos alunos com necessidades educacionais especiais (ANNE) desenvolver suas competências, ultrapassando os limites de sua situação. Incluir os alunos, desde a Educação Infantil, nas classes regulares e propiciar-lhes suportes especiais para que superem suas limitações tornam-se objetivos explícitos dessa modalidade. Todas as especificidades da Educação Especial são enfocadas como instrumentos para conseguir que cada aluno em particular procure se superar e desenvolver competências que lhe possibilitem autonomia em sua situação de trabalho que lhe favoreça resgatar a dignidade de vida e o exercício pleno da cidadania.

A LDB, quando, em seu art. 58, estabelece que a Educação Especial será, “preferencialmente”, oferecida na rede regular de ensino, preocupa-se em possibilitar ao aluno com necessidades especiais a oportunidade de convivência normal com os demais alunos, como forma de ampliar suas potencialidades. As adaptações nos elementos curriculares focalizam as formas de ensinar e avaliar, bem como as competências e habilidades a serem desenvolvidas, considerando a temporalidade, os conteúdos e os objetivos. São definidas como alterações realizadas nas competências, habilidades, procedimentos de avaliação, atividades e metodologias para atender às diferenças individuais dos alunos.

A Escola Classe Aguilhada possui uma Sala de Recursos que atendia os alunos da educação Especial, mas neste ano a sala não está funcionando, pois a até o presente momento a instituição não têm alunos laudados e nem um profissional habilitado.

Por outro lado a Escola possui no seu quadro de funcionários uma pedagoga que tem como principal função subsidiar o trabalho do professor no que se refere às questões de maior complexidade relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem.

20.2 - Sala de leitura

O trabalho realizado na sala de leitura visa o desenvolvimento do estudante nas dimensões cognitiva, social, afetiva contribuindo assim para formação integral do ser.

O atendimento se dará em dois momentos. O primeiro será destinado a troca de livros de literatura infantis. Os alunos terão o prazo de uma semana para lerem o livro escolhido, e no mesmo dia da semana seguinte, poderão trocá-lo por outro. A escolha dos livros é livre. O aluno manuseia os livros disponibilizados para sua turma, e de acordo com seu interesse pelo tema, o gosto pelas ilustrações, o tamanho e a textura em que o livro foi confeccionado, ele escolherá o que achar mais interessante. O objetivo dessa atividade é permitir que os alunos leiam para se deleitar, relaxar, sem nenhuma obrigatoriedade de produzir ou reproduzir por escrito tarefas escritas sobre o que leu.

O segundo momento será destinado ao atendimento individualizado dos alunos por meio do acompanhamento da leitura oral de textos e listas de palavras oferecidos pelos próprios professores da turma, ou, se o professor regente julgar necessário, será o momento do atendimento interventivo a pequenos grupos com dificuldades de leitura. O material a esses grupos será produzido pelo professor e trabalhado com os alunos pela professora responsável pela sala de leitura. A opção por qual atividade será realizada no segundo momento será definida pelo professor da turma.

Enfim, somente com o envolvimento de todos será possível ter uma reflexão crítica e a articulação entre teoria e prática com vistas ao aprendizado real e significativo de cada aluno, respeitando seu tempo, espaço e toda diversidade apresentada no dia-a-dia dentro da sala de aula.

21 - Planejamento do Trabalho Pedagógico

A escola classe Aguilhada, procura ofertar uma educação de qualidade, para isso a ampliação da permanência dos estudantes na instituição é de suma importância, pois possibilita o desenvolvimento de um trabalho de construção coletiva, através de novas práticas e contribuindo assim para formação integral do indivíduo.

Para isso a escola busca apoiar-se em três bases: pedagógica, operacional e funcional, sendo que uma complementa a outra buscando assim o desenvolvimento adequado das ações relacionados a escola.

A instituição busca desenvolver hábitos de higiene e socialização, através de atividades do dia a dia como: a hora do almoço que é um momento de interação e incentivo a alimentação saudável o momento de higienização pessoal no qual é ensinado como realizá-la de forma correta e qual a importância de tais hábitos.

O planejamento do trabalho pedagógico deve ser assumido como prática de reflexão, diagnóstico e tomada de decisões registradas nos planos de trabalho de unidade ou de aula.

21.1 - Projeto interventivo

O Projeto Interventivo (PI) é um projeto específico que parte de um diagnóstico e consiste no atendimento imediato aos estudantes que, após experimentarem todas as estratégias pedagógicas desenvolvidas nas aulas, ainda evidenciem dificuldades de aprendizagem, principalmente, no que diz respeito a escrita, leitura, compreensão e interpretação. Atualmente o projeto interventivo da nossa Instituição de Ensino chama-se Projeto de Intervenção na Leitura.

21.2 - Reagrupamento interclasse e intraclasse

Os reagrupamentos constituem estratégia pedagógica que permite agrupar os estudantes de acordo com suas dificuldades e potencialidades a fim de promover o avanço contínuo das aprendizagens. Neste ano a escola realizará somente o reagrupamento intraclasse.

21.3 - PNAIC

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal entre os governos e sociedade para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade ao final do 1º ciclo – 3º ano do ensino fundamental. As referências curriculares do PNAIC auxiliam o professor no seu planejamento pedagógico.

O PNAIC é constituído por um conjunto integrado de ações materiais e referências curriculares e pedagógicas que são disponibilizados pelo MEC, tendo como eixo principal a formação continuada de professores alfabetizadores. As ações do PNAIC apoiam-se em quatro eixos de atuação:

- Formação continuada presencial para professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo;
- Materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais;
- Avaliações sistemáticas.

22 - Gestão, controle social e mobilização.

Os momentos de coordenação coletiva também subsidiam as discussões relativas à formação continuada para os docentes alfabetizadores, servindo para ampliar as discussões sobre alfabetização – matemática e letramento e linguagem. Também tem como objetivo apresentar encaminhamentos metodológicos que possibilitem o desenvolvimento desses direitos de aprendizagem dentro do ciclo de alfabetização.

Nesse sentido, visando atender a meta do PNAIC, a Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal, implantou o Ensino Fundamental de nove anos, com o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), inserindo o estudante a partir dos 6 anos de idade no Ensino Fundamental e apresentando proposta de trabalho pedagógico inovador voltado à alfabetização e ao letramento pleno e proficiente dos estudantes até o término do BIA (3º ano).

Desde o ano de 2008, a SEEDF universalizou a implantação do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) em todas as unidades escolares que ofertam a alfabetização e iniciou no ano de 2013 a implantação do 2º Bloco (4º e 5º anos) por meio da adesão esclarecida das escolas. A organização em forma de Ciclos segue da seguinte forma:

- 1º Bloco – Bloco Inicial de Alfabetização (três primeiros anos do Ensino Fundamental);
- 2º Bloco – 4º e 5º anos.

Independentemente do tipo de organização adotada, os Ciclos tem sido foco de muitas discussões que acarretam avanços e recuos no desenvolvimento das diferentes propostas. No entanto, não se pode deixar de refletir sobre o papel social da escola pública de ensinar a todos os estudantes, o que inclui a rejeição à lógica classificatória de avaliação, presente na organização escolar seriada. O que tem trazido como consequência a produção de altos índices de reprovação que conduzem à seletividade e à exclusão social e escolar.

Desse modo, ainda que tenham apresentado problemas estruturais e necessidades de ajustes, as experiências tem demonstrado que a organização escolar em ciclos pode contribuir para a superação das dificuldades relacionadas ao desenvolvimento escolar.

Na perspectiva de ampliação do currículo objetivando a Educação Integral, a estruturação pedagógica das atividades complementares, atende os seguintes campos: acompanhamento pedagógico (letramento e matemática), musicalização, educação ambiental (com seus projetos), esporte e lazer, direitos humanos, cultura, artes, promoção à saúde, investigação no campo das ciências da natureza. Os campos de acompanhamento pedagógico (letramento e matemática), musicalização, desporto escolar e promoção à saúde são de caráter obrigatório. Os demais campos são trabalhados com outros Projetos Interdisciplinares integrantes da parte diversificada da matriz curricular, sendo de caráter eletivo por parte da comunidade escolar.

23 - Viradas Pedagógicas

As Viradas Pedagógicas são eventos mensais abertos para as escolas compartilharem projetos e experiências desenvolvidos com sucesso, visando contribuir com novas ideias para às práticas pedagógicas.

Nestes momentos são oferecido oficinas ao grupo de professores com o objetivo de orientar e auxiliar o professor regente em sua atuação diária, induzindo uma reflexão sobre a importância do planejamento pedagógico.

O que muitas vezes representa um grande desafio pode ser encarado de uma forma gratificante quando o professor compartilha sua prática pedagógica com outros colegas e demais profissionais.

Os profissionais de educação, juntamente com os professores traçam o melhor caminho para alcançar o aluno em sua totalidade, respeitando suas limitações e sua diversidade.

Os trabalhos de vivências para professores devem oportunizar a consciência do docente no que se refere ao seu verdadeiro papel como educador, entendendo que não se pode educar o que não se conhece. Para traçar seus objetivos, o professor deve conhecer bem seus alunos e definir bem o, conteúdo e a metodologia a serem trabalhados, estando atento às adaptações curriculares que se fizerem necessárias para o desenvolvimento do estudante.

24 - Estratégias de Avaliação

A Avaliação, na condição de um dos aspectos mais importantes da organização do trabalho pedagógico na escola e da escola, não deve ser apenas contemplada na PP, mas discutida, repensada e transformada por todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes.

A E.C. Aguilhada promove a reflexão contínua desse importante aspecto do processo educativo, nas coordenações pedagógicas (contra turno da regência) especialmente nas coletivas que acontecem semanalmente às quartas-feiras, nas reuniões de pais, além dos fóruns de debate que fortalece a formação continuada do docente.

É sabido que a avaliação formativa tem a função de diagnosticar os processos de ensino e de aprendizagem, bem como servir de instrumento para a melhoria da qualidade de ensino. Nesse sentido, a avaliação deve ser o ato de valorização e de potencialização das aprendizagens e não de classificação e exclusão. Villas Boas (2013, p. 12) afirma que a avaliação e aprendizagem caminham lado a lado, pois “enquanto se avalia se aprende e enquanto se aprende se avalia”. Por esse motivo, a expressão “avaliação para as

aprendizagens”, em lugar de avaliação das aprendizagens, é a que se harmoniza com a avaliação formativa.

A avaliação deve ser o centro da organização do trabalho pedagógico, comprometida com a aprendizagem e o desenvolvimento de todos. Nessa mesma perspectiva a avaliação formativa é imprescindível para o redirecionamento da ação didática do professor, tornando-a reflexiva e sustentada em situações contextualizadas, lúdicas, num diálogo profundo e dinâmico, que contemple a lógica do processo de aprendizagem.

A parceria entre avaliação e aprendizagem se estabelece a partir da compreensão, por parte dos sujeitos envolvidos nesse processo, de que todos são capazes de aprender e que fazem isso de diferentes formas e em diferentes espaços de tempo. Assim, a escola deve criar espaços democráticos para o exercício dos diferentes níveis de avaliação escolar, articulado com uma profunda análise crítica. Os resultados da avaliação para as aprendizagens devem ser analisados juntamente com a avaliação do trabalho da escola, realizados por todos os sujeitos nela envolvidos (alunos, famílias, coordenação, direção e etc.) e com os dados dos exames em larga escala, tornando-se base para o diálogo que constrói caminhos para que, de fato, todos aprendam efetivamente. Desse modo, temos:

Avaliação diagnóstica e para as aprendizagens: identifica o que os estudantes já aprenderam e o que ainda não sabem;

Avaliação institucional (do trabalho pedagógico da escola): é uma auto avaliação realizada por todos os envolvidos no processo educativo, tomando como referência a PP, podendo acontecer no Conselho de Classe, coordenação pedagógica dentre outros...

Avaliação em larga escala: avalia o desempenho dos estudantes por equipes externas, realizada pelo próprio sistema de ensino e em nível nacional.

Portanto, é importante destacar que dentro desses níveis de avaliação existem várias formas de se avaliar, uma vez que cada um cumpre propósitos diferentes. A avaliação institucional, por exemplo, contribui significativamente para a análise do desempenho dos estudantes e do trabalho desenvolvido, tomando como fontes de informação dados provenientes da avaliação realizada pelos professores nas aulas e resultados dos estudantes e da escola nos exames externos.

É de suma importância a organização do trabalho escolar com base no acompanhamento pedagógico sistemático pelo professor e coordenador pedagógico, como

sujeitos imprescindíveis desse processo. Tal acompanhamento consiste em tornar visíveis, por meio de registros, os avanços e as necessidades de cada estudante, de cada turma e da escola como um todo, com o intuito de planejar ações que possibilitem a resolução dos problemas de ensino e de aprendizagem evidenciados por meio do uso de procedimentos e instrumentos, tais como: observação, provas, exercícios, pesquisas, entrevistas e etc. Para que esse acompanhamento tenha melhor abrangência, apresentam-se quatro etapas: diagnóstico, registros, análise e planejamento.

Esse acompanhamento pedagógico sistemático com a participação efetiva dos profissionais envolvidos é entendido como oportunidade de planejamento de ações contínuas e permanentes que permeiam toda a organização do trabalho pedagógico. Nesse contexto, o Conselho de Classe torna-se uma ferramenta indispensável desse acompanhamento pedagógico.

Para avaliar os resultados das estratégias definidas na Proposta Pedagógica da E.C. Aguilhada e conforme o cronograma pré-estabelecido são realizadas reuniões bimestralmente. Neste dia, toda a comunidade escolar faz sua análise sobre estes resultados, para ratificar ou não estas estratégias, reelaborando-as, se for o caso, por meio de sugestões e ideias que direcionem novos passos para um ensino de qualidade.

Diversas estratégias presentes nesta Proposta Pedagógica estão distribuídas nos momentos oportunos descritos no cronograma anual (elaborado no início do ano letivo, durante a semana pedagógica e ajustado conforme a demanda ao longo do ano), para atender às necessidades de mudança pertinentes a um processo educacional dinâmico e continuamente inovador.

Entretanto, partindo do calendário escolar para o ano de 2019, as reuniões bimestrais, direcionadas para as avaliações dos resultados estratégicos, poderão também, propiciar um momento para a reelaboração do cronograma, quando tal ação for necessária para os respectivos ajustes estratégicos. Cabe ressaltar que, havendo necessidade inadiável de alterar o cronograma ou as ações estratégicas para atender aos interesses pedagógicos, esta alteração poderá ser feita a qualquer momento, desde que avaliada e deferida pela Equipe Pedagógica e Gestora, e pela comunidade escolar.

Nesse sentido, avaliar não se resume apenas a aplicação de provas; também não se confunde com medida, extrapolando a ideia de medir ou comparar. É através da observação e da análise das informações obtidas e registradas por meio das múltiplas ferramentas de

avaliação para o planejamento e promoção das intervenções constantes, processo esse que compõe o ato avaliativo. A avaliação possui diversas funções e intenções onde o docente define os instrumentos e procedimentos e o uso que faz deles nas diversas situações apresentadas em sala de aula.

Nesse sentido, são destaques nas reuniões e fóruns promovidos por essa unidade de ensino, alguns questionamentos: quem avalia, quem é avaliado? O que, como, para quê e de que forma se avalia, o que fazer após a avaliação? Avaliar para medir, punir, comparar, excluir, segregar ou engavetar resultados? Avaliar para analisar, refletir, planejar, reorganizar e se auto avaliar? Avaliar a avaliação e/ou avaliador? São questões consideradas e de destaque nas reuniões e momentos de formação continuada.

É importante que a avaliação do trabalho da escola não seja voltada para a avaliação de pessoas, com ênfase à exclusão, punição ou premiação. Uma avaliação eficiente pode representar uma maneira ética de convidar todos os envolvidos à um diálogo entre si e com a comunidade.

A E.C. Aguilhada busca priorizar a avaliação de todas as instâncias que compõe a organização escolar, sendo pauta constante desse nível da avaliação com o intuito de colocar qualquer ação à serviço das aprendizagens. Por isso, avalia-se o trabalho desenvolvido na sala de leitura, na coordenação pedagógica, na sala de apoio, no serviço de orientação educacional, nos projetos didáticos e interventivos, nos serviços de limpeza e alimentação, no atendimento ao público. Avalia-se também a qualidade da estrutura física e organizacional da escola.

A auto avaliação pela escola realiza-se ao longo do ano letivo, tendo como referência essa PP através de diversos procedimentos e instrumentos tais como: fichas, questionários, reuniões entre outros. Essa avaliação não é isolada nem burocrática, pois a transparência de seus objetivos e procedimentos precisa tornar evidente o caráter formativo que deve assumir. Não pode pressupor hierarquias demarcadas e solidificadas, pois todos avaliam e são avaliados.

A avaliação institucional ou avaliação do trabalho da escola, é realizada na escola, pela escola, em função dela e por seus próprios atores (LIMA, 2012). Nessa avaliação, deve-se contemplar a análise do trabalho escolar nas dimensões da: gestão pedagógica, gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais, gestão participativa, gestão de pessoas, gestão financeira e gestão administrativa.

A avaliação do trabalho da escola ou sua auto-avaliação é interna e permanente. Deve ocorrer com o envolvimento de todos os segmentos: famílias, estudantes, gestores, professores e demais profissionais da educação. Não podem ser momentos estanques de auto avaliação, mas fomentadores de discussão e reflexão coletiva. É importante o registro das contribuições surgidas nesses espaços para que não se percam elementos significativos para a reorganização do trabalho da escola. Os setores administrativos, as ações pedagógicas, os elementos da comunicação oral e escrita e todos os procedimentos que são demandados da escola ou que ela demande devem ser alvo desse olhar avaliativo.

Na condição de uma das categorias da organização do trabalho pedagógico na escola e da escola, a avaliação deve ser contemplada e respeitada em consonância com as ações previstas na PP. E para que a mesma não se torne apenas um emaranhado de texto fora de um contexto, a própria avaliação precisa ser avaliada, tendo como princípio a avaliação formativa, que se afina com o compromisso dessa unidade de ensino em promover o avanço dos estudantes por meio das aprendizagens.

Enfim, nessa perspectiva, reiteramos que a avaliação formativa é, sobretudo, a avaliação para as aprendizagens e reflete o compromisso de todos com a construção de uma escola verdadeiramente democrática, pública e de qualidade social.

24.1 - Conselho de Classe

O Conselho de Classe é uma instância de natureza avaliativa e deliberativa, formada por todos os professores, coordenadores, orientador educacional, diretor e vice-diretor, com a finalidade de realizar uma análise global do aluno em relação ao trabalho pedagógica desenvolvido, tendo os seguintes objetivos:

Avaliar os aspectos de aproveitamento escolar, disciplinar, interesse e participação dos alunos nas atividades para redimensionar quando necessário;

Identificar alunos que apresentam rendimento escolar superior ou insuficiente, propondo e deliberando atos pertinentes a superação de suas dificuldades;

Propor junto ao serviço de Orientação Educacional, coordenação e Direção, a promoção do (s) aluno (s) com capacidade intelectual para série seguinte, em consonância com o Projeto Interventivo previsto nessa proposta.

O Conselho de Classe reúne-se ordinariamente pelo menos uma vez por bimestre, ou quando convocado pela direção. As decisões do Conselho de Classe serão tomadas pela maioria simples de votos, cabendo ao Coordenador o voto de desempate. Como mencionado anteriormente, neste dia os alunos permanecerão 5 horas na escola e após serão dispensados para que toda equipe pedagógica possa se reunir em conselho.

24.2 - Avaliação Institucional

Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação, relacionada à melhoria da qualidade da educação, da eficácia institucional, acadêmica e social. Visando o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades das instituições de educação. Valorizando a missão pública, a promoção da democracia, do respeito às diferenças e à diversidade, preservando a autonomia e a identidade institucional.

Nesse processo é realizada a autoavaliação, momento em que todos os profissionais da educação analisam individualmente seu papel e os resultados de seu trabalho na Instituição Escolar; a avaliação da infraestrutura em que ocorrem todas as atividades do âmbito escolar e extraescolar; e a avaliação dos procedimentos pedagógicos e administrativos, realizados internamente por todos os profissionais da educação, ocorrendo em datas determinadas pelo Calendário Oficial e extraordinariamente solicitadas pela direção ou Conselho Escolar. Nesses momentos são utilizados instrumentos de abordagem conceitual para análise crítica e reflexiva da conjuntura e dos resultados alcançados ao longo do período.

25 - Organização Curricular

A organização curricular desta instituição de ensino tem como referencial o Currículo em Movimento do Distrito Federal. Ele apresenta uma proposta pautada no trabalho com as diferentes áreas do conhecimento considerando uma ação didática e pedagógica sustentada nos eixos estruturantes (cidadania, diversidade, sustentabilidade e aprendizagens) e nos eixos integradores (alfabetização, letramento e ludicidade), de forma interdisciplinar e contextualizada.

O Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014) organiza-se em torno da constituição da educação integral, pois objetiva a formação do ser humano em relação à diversidade e a suas múltiplas dimensões de forma emancipatória. Além disso, a prática didático-pedagógica se sustenta a partir dos eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade, permeando os conteúdos de forma articulada e interdisciplinar.

Os Temas Transversais são contemplados não só nos projetos, mas também perpassam os conteúdos estudados no cotidiano escolar e de acordo com as especificidades de cada componente curricular, assumindo, assim, um caráter flexível. Ressaltamos a importância dos temas transversais como forma de envolver questões raciais, étnicas, de gênero, econômicas, ambientais em todo o trabalho pedagógico.

Para que o currículo seja vivenciado e reconstruído no cotidiano escolar, a organização do trabalho pedagógico da escola é imprescindível. A E.C. Aguilhada utiliza estratégias didático-pedagógicas desafiadoras e provocadoras, levando em conta o planejamento coletivo, bem como o conhecimento prévio dos estudantes, suas hipóteses e estratégias na resolução de problemas apresentados.

Constitui-se como aspectos fundamentais para essa construção o Conselho de Classe participativo, análise das aprendizagens para reorganização da prática docente, formação continuada na escola, coordenação pedagógica como espaço e tempo de trabalho entre outros. O ambiente educativo rico em recursos, materiais didáticos atrativos e diversificados, e situações problematizadoras que contemplem todas as áreas de conhecimento, disponibilizados aos estudantes promove a reconstrução das aprendizagens por meio da ação investigativa e criadora.

Nesse sentido, o planejamento pedagógico ganha destaque, pois torna-se um orientador da ação docente, refletindo o pensamento, a organização, a ação e coordenação do fazer pedagógico. Tudo isso articulando as atividades escolares às práticas culturais e sociais da escola em consonância com os objetivos, conteúdos, métodos e o processo de avaliação. Os planejamentos, tanto o anual como os demais produzidos ao longo do período, juntamente com o planejamento semanal do professor são dinâmicos e flexíveis de modo que são revistos sempre que necessário, atendendo aos imprevistos e aos acontecimentos do cotidiano escolar.

No entanto os nossos objetivos seguem pautados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e ressignificados pelas Diretrizes Pedagógicas da SEEDF: possibilitando as aprendizagens em uma perspectiva de inclusão considerando os eixos transversais; promovendo as aprendizagens; compreendendo o ambiente natural e social; fortalecendo os vínculos da escola com a família e compreendendo o estudante como sujeito central do processo de ensino.

A Escola Classe Aguilhada ressalta em seu planejamento pedagógico, a importância dos eixos integradores uma vez que estes devem articular os conteúdos aos aspectos socioculturais, históricos, afetivos, lúdicos e motores com o propósito de caminhar em direção de uma escola de qualidade social, que democratize saberes ao oportunizar que todos aprendam. Logo, a concepção de aprendizagem se amplia ao trabalhar de forma significativa o sistema de escrita, de forma articulada às práticas sociais de leitura e escrita, o que se dá prazerosa e criativamente por meio do jogo, da brincadeira e do brinquedo (alfabetização x letramento x ludicidade).

Desta forma, a organização do trabalho pedagógico no BIA e no 2º bloco, são sustentadas por uma didática que provoca o pensamento, envolvendo situações que favorecem o aprendizado, ressignificando o lugar do professor e estudante na sala de aula.

Nesse sentido, os conteúdos representam a possibilidade que o estudante tem de avançar em suas aprendizagens. Essa dinâmica está em consonância com a concepção de currículo integrado e de progressão continuada.

A organização curricular proporciona a discussão e reflexão da prática pedagógica para além da sala de aula, ampliando à toda unidade escolar e sua comunidade, como exercício de planejamento coletivo e de ação concretizadora da proposta pedagógica. Uma

educação para além da escola, que busca ensinar sob todas as perspectivas, por meio de relações que possam ser estabelecidas entre conteúdos e realidade dos estudantes.

Por fim, nessa ótica a E.C. Aguilhada considera que o trabalho pedagógico apoia-se na prática social e por meio da mediação, da linguagem e da cultura, onde as aprendizagens ocorrerão na interação do sujeito com o meio e com os outros.

26 - Sala de aula: educação inclusiva para a diversidade

Se existe a necessidade de se falarem inclusão é porque muitos têm sido excluídos, tanto na escola quanto fora dela, em sociedade. Portanto, é importante refletir sobre o que é ser ou estar incluído, ou pensar sobre quem são os excluídos e como as pessoas são excluídas quando se fala em educação. Pois ao falarmos sobre a inclusão no espaço escolar, devemos também nos questionar como faz o pesquisador David Rodrigues (2003): pode a escola se tornar uma ilha de inclusão no mar de exclusão que é a sociedade? Ou seja, pode a escola ser inclusiva numa sociedade que não o é?

Contudo, cada vez mais tem sido pensadas e implementadas políticas públicas no âmbito educacional para que a escola se torne verdadeiramente inclusiva. Porém, se a escola deve se tornar inclusiva é porque ela não o tem sido, ainda que os preceitos constitucionais nos apontem para uma visão de sociedade mais justa e igualitária, sem qualquer tipo de discriminação.

Apesar de todas as políticas públicas e o trabalho ostensivo, ainda é comum nas escolas, que documentos que contenham diagnósticos médicos (laudos) sirvam para justificar a falta de ação da escola ou/e do professor em relação ao aluno: isso ocorre quando o professor alega não se sentir preparado para o ensino de alunos com deficiência ou qualquer tipo de necessidade educacional especial. No entanto, casos assim deveriam ser entendidos como ponto de partida para um trabalho de cunho educacional e pedagógico destinados a esses alunos, e não como o final do processo de escolarização para eles. Isso deve ser combatido dentro das instituições escolares pois é como se a escola estivesse afirmando que estes alunos não são capazes de aprender nada; dando espaço à desistência e negligência de todos os envolvidos nesse processo de ensino e de aprendizagem.

Garantir tão somente o acesso à escola, não basta, assim como também não é o bastante garantir apenas condições de aprendizagem para todos os estudantes. É necessário mais que isso, pois é urgente a necessidade de discutir como se situa a escola na sociedade e como esta sociedade produz e conduz seus excluídos. Outro aspecto a ser discutido é a maneira como reagem às questões que envolvem a diversidade e exclusão nas mais variadas formas em que se apresentam, bem como o olhar atento no que se refere à formação continuada dos professores que, na escola, alegam ser incapazes de lidar com alunos diferentes daqueles com os quais estão habituados.

A implementação de políticas públicas de inclusão educacional visa uma educação de qualidade para “todos” os alunos, e para que isso seja refletido na escola em ações efetivas no cotidiano da sala de aula, se faz necessário redobrar os esforços, de todos os sujeitos envolvidos, para que todos os alunos tenham suas diferenças consideradas e respeitadas (e não apagadas) nos processos de ensino e aprendizagem.

É necessário viver a inclusão no dia-a-dia das salas de aula e não como uma imposição do governo ou escola. Não basta apenas “aceitar” ou tolerar, é fundamental não só respeitar como também considerar as diferenças e a partir delas pensar e planejar uma intervenção pedagógica que contemple as diversidades e peculiaridades de cada aluno, atendendo efetivamente suas reais dificuldades.

Por fim, não é mais aceitável o discurso do “não estamos preparados”. Se isso for verdade, então a questão é: quando estaremos? E o que fazemos enquanto não nos preparamos? É preciso pensar e agir “inclusivamente”.

27 - Plano de Ação para a implementação do Proposta Pedagógica

Orientar o trabalho conjunto de todos os agentes envolvidos no processo educacional da Escola Classe Aguilhada, visando a elaboração de estratégias articuladas para o ano letivo de 2019, no intuito de subsidiar todas as ações pedagógico-administrativas, bem como, propiciar espaços para o debate, para a construção e reconstrução de projetos, para a formação e para a apropriação dos documentos da SEEDF que norteiam todo o processo de ensino-aprendizagem efetivado na instituição.

A Proposta Pedagógica consiste em um conjunto dinâmico de informações, procedimentos e fundamentações que expressam a cultura, as crenças, valores, significados, modos de pensar e agir de todos aqueles que participam dessa dinâmica escolar. Portanto, enquanto instrumento vivo para o suporte de todas as atividades relacionadas ao mundo escolar, as estratégias de avaliação dessa ferramenta já foram mencionadas na conceituação dos processos de avaliação formativa adotados pela Instituição. Podendo ser reformulada, acrescentada, suprimida alguma informação, sempre que algum dos atores direto ou indiretamente envolvidos no processo escolar, em consenso com os demais membros de a comunidade escolar julgar necessário, sendo a reformulação informada às Instâncias Competentes.

Integrante do Projeto de Educação Integral em Tempo Integral - PROEITI - da SEDF, a Escola Classe Aguilhada desenvolve um projeto pedagógico que articula vários contextos da rotina escolar que acontece nas 10 (dez) horas diárias que os alunos permanecem na Instituição de Ensino. O foco desse fazer pedagógico está voltado para ações que, além de preparar o estudante para a vida — por meio da aquisição de conhecimentos e valores — propiciem à criança a possibilidade de vivenciar práticas mais amplas de leitura de mundo (espacial, corporal, etc.) que contribuam para um aprendizado mais significativo. Neste contexto, as áreas de conhecimento Leitura e Educação Física, norteadas pelo Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal, são os pilares que sustentam todo o planejamento pedagógico da instituição

Para que a escola consiga atingir suas metas, pretende-se desenvolver ações nos vários campos, dentre estas se destacam as seguintes:

- Implementação do projeto interventivo de Leitura;
- Construção da quadra poliesportiva;
- Continuar buscando ferramentas que facilitem o acesso à informação à comunidade escolar, como, por exemplo, a criação do site da escola;
- Manter os laços de afetividade e cooperação entre os funcionários e estudantes;
- Promover iniciativas culturais que favoreçam o crescimento individual de cada estudante e dessa forma a sua melhor convivência e sociedade;

- Promover um espaço/momento em que a escola faça uma avaliação diagnóstica no início de cada semestre que permita identificar as fragilidades dos nossos estudantes;
- Possibilitar ações que permitam ao estudante que foi identificado com alguma fragilidade pedagógica, se apropriar dos conteúdos que ainda não dominam;
- Aumentar o índice de aprovação;
- Contribuir para a diminuição dos índices de repetência;
- Elevar o índice de desempenho individual da Instituição Educacional, referendado pela média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB/MEC;
- Reduzir o percentual dos alunos defasados em idade-série, mediante a adoção de estratégias de intervenção, desenvolvidas em parceria com a comunidade escolar.

Dentre outros aspectos, constituir uma escola articulada com a comunidade escolar para que juntos possamos criar estratégias para a solução dos problemas que hoje prejudicam o aprendizado.

A maioria das atividades serão realizadas bimestralmente e suas metas serão estipuladas por todos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, favorecendo a gestão democrática.

Para que tais metas sejam cumpridas, todos os profissionais envolvidos deverão estar engajados em suas especificidades. Essas metas procuram respeitar a diversidade, solidariedade, tolerância, o fortalecimento dos vínculos familiares, a participação de todos na preservação do meio ambiente, na qualidade de vida e aposta na conscientização de que o espaço escolar é um bem de todos e de que a educação de qualidade é consequência do envolvimento e compromisso de todos.

28 - Gestão pedagógica e gestão de pessoas

Esta Unidade de Ensino possui características bem peculiares, tais como:

- A maioria dos nossos alunos tem a sua escolarização iniciada apenas no 1º ano do Ensino Fundamental, que é quando se matriculam nessa instituição, vindos de casa. Grande parte dos estudantes costumam cursar até o final do Segundo Ciclo (5º Ano);
- O aluno permanece na escola durante 10 (dez) horas diárias, o que leva à criação de vínculos afetivos tanto por parte dos alunos como da comunidade escolar;
- Há uma proximidade maior entre direção da escola e famílias;
- A evasão escolar é inexistente;
- A rotatividade dos alunos é grande devido às constantes mudanças de endereço, dos responsáveis dos alunos, que são assentados e militantes de movimentos sociais e agrários;
- A rotatividade do corpo docente é grande devido à distância e dificuldades de locomoção para chegar à escola;
- Todos os alunos são atendidos pelo Centro Olímpico;
- Todos os alunos praticavam aulas de Educação Física com professor habilitado da disciplina, porém, a escola não conta mais com o esse profissional. O local que as atividades são realizadas é inadequado para a prática esportiva (caminho em “chão de terra batida” sem cobertura ou infraestrutura mínima), mas uma área apropriada encontra-se em construção;

Entretanto, essa Instituição é uma Escola do Campo e precisa ter sua identidade campesina construída. Contudo, devido à grande mobilidade (residencial) no contexto rural, a construção dessa identidade não acontece de forma eficaz.

É fato que a Educação Integral propicia uma qualidade melhor do ensino. Esse período adicional oferece ao estudante um maior tempo para a realização de suas tarefas escolares e melhores condições de aprendizagens. Isto porque atividades como, por exemplo, reforço escolar, oficinas e atividades voltadas para seus interesses e necessidades complementam as ações pedagógicas do currículo regular.

Mesmo com toda a seriedade e o compromisso com a educação de qualidade presentes desde a implantação do horário integral, em tempo integral, em 2014 até os dias de hoje, essa escola tem-se confrontado, nos últimos anos, com uma considerável mudança comportamental de nossos alunos.

Após a discussão sobre a temática da violência escolar, este grupo avaliou que os educandos vêm demonstrando algumas dificuldades de relacionamento no ambiente escolar, fato este que tem gerado conflitos e agressões físicas e verbais quase que diariamente, bem como falta de cumprimento às regras estabelecidas (indisciplina), xingamentos, desrespeitos, brigas, pequenos furtos, discriminação estética, alguns casos de *bullying*, discriminação à etnia e à sexualidade.

Estes estranhamentos ocorrem tanto no trajeto residência-escola (ônibus escolar) quanto no interior da própria instituição de ensino. Neste contexto, ainda há o não reconhecimento da autoridade do adulto dentro da escola. Nas salas de aula, quando os professores ainda não adentraram para o início das aulas ou no pátio e demais dependências livres da escola, durante o intervalo, com ou sem a presença de um profissional da educação.

No que se refere aos conflitos entre profissionais da educação, verifica-se nos últimos 3 anos poucos casos. Entretanto, as diferenças de opinião e comportamento profissional são bem evidentes e, neste caso, geram debates mais frequentes.

De forma geral, a escola tem buscado incansavelmente encontrar soluções para os problemas supracitados. As medidas adotadas se dão por meio do diálogo entre professor/aluno, direção/aluno, orientador educacional/aluno, profissionais da SEAA/aluno, comunicado/convocação dos pais ou responsáveis e, em última instância, aplicação das sanções disciplinares previstas no Regimento Interno das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, a saber: advertência oral/escrita e até suspensão.

Além disso, são promovidas constantes discussões de ações preventivas e interventivas que contribuem para a melhoria da convivência, envolvendo a comunidade escolar a fim de fortalecer a ideia de que a escola, como espaço público, é de responsabilidade de todos e de todas.

No que tange a formação continuada dos profissionais em educação, e a realização de estudos na escola, essas ações são incentivadas, engajando todos os servidores nesse processo, a fim de apresentar melhores resultados no seu desempenho profissional, e em consequência o aluno terá um melhor atendimento pedagógico.

A escola, à medida do possível, promove dinâmicas e ações para elevar a motivação e a autoestima dos profissionais, mediando conflitos de forma imparcial, buscando um clima ético, cooperativo e solidário, valorizando seus esforços e ações.

A avaliação do trabalho desenvolvido no semestre é realizada por todos os profissionais da escola, bem como a auto avaliação, visando aumentar a qualidade dos serviços desempenhados, sempre de forma ética em que as críticas sejam construtivas e seguidas de sugestões.

29 - Gestão Financeira

Entende-se como gestão financeira é o conjunto atribuições voltadas para a gestão de recursos destinados a cobrir todas as despesas referentes à realização das atividades escolares.

A equipe gestora em conjunto com os membros da Unidade Executora (UEX) cuidam dos procedimentos administrativo-burocráticos relacionados aos recursos financeiros que, por sua vez, devem ser apresentados para o Conselho e toda a Comunidade escolar.

30 - Gestão Administrativa

A Escola Classe Aguilhada, bem como a todas as escolas da Secretaria de Educação do DF, está inserida na plataforma do programa IEDUCAR, que cadastra alunos, famílias, emite declarações, relatórios, e outros documentos escolares, realizando um atendimento ágil, atualizado e organizado à comunidade escolar, fazendo a atualização contínua dos dados, conforme diretrizes da SEEDF.

Todos os documentos, relativos à vida escolar do aluno, como preenchimento de diários de classe e escrituração dos relatórios de desempenho escolar e toda documentação

necessária exigida pelo Sistema de Ensino da SEEDF, estão criteriosamente de acordo com a legislação vigente.

A Legislação Educacional, Regimento Escolar e demais normas que orientam os direitos e deveres, dos professores, auxiliares de educação, pais e alunos estão à disposição para consulta e conhecimento, com o intuito de zelar pelo seu cumprimento, e na defesa dos direitos que lhe são inerentes.

Tendo em vista a utilização adequada das instalações, equipamentos, materiais pedagógicos e recursos tecnológicos, realiza-se um trabalho de sensibilização com todos os profissionais da escola para evitar desperdícios ou mau uso, buscando a manutenção e devida preservação, pois são recursos que facilitam o trabalho, portanto devem ser bem cuidados.

A limpeza, conservação e manutenção do ambiente escolar e seu patrimônio é muito criteriosa, já que estamos formando hábitos de higiene em nossos alunos e somos modelo a ser seguido, para desenvolver a educação de qualidade que tanto almejamos.

Dentre as atribuições da Direção está o dever de cumprir e fazer cumprir as diretrizes e os preceitos, estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Distrito Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Política Educacional do Governo do Distrito Federal, no Regimento Interno das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino, nas orientações da SEDF e em legislações decorrentes. Algumas atribuições são:

- Estabelecer os objetivos a serem atingidos de acordo com o Termo de Responsabilidade assumidos;
- Entregar a prestação de contas dentro do prazo estabelecido;
- Responder as diligências dentro do prazo estipulado;
- Recolher os recursos diretamente arrecadados, a título de receita, ao cofre do Governo do Distrito Federal;
- Garantir a transparência na prestação de contas, relativas aos recursos transferidos à Instituição Educacional, bem como daqueles diretamente arrecadados;
- A Direção se compromete a cumprir metas e indicadores educacionais e de gestão, definidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, observadas as especificidades da Instituição Educacional.

31 - Plano de ação para desenvolvimento da proposta pedagógica

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMAS
Administrar, com a participação da Direção e do Conselho Escolar, as verbas recebidas, de forma a atingir o objetivo maior que é a construção de uma escola pública de qualidade, tanto na sua estrutura física como na dimensão pedagógica.	<ul style="list-style-type: none"> - Continuar buscando ferramentas que facilitem o acesso à informação à comunidade escolar; - Manter os laços de afetividade e cooperação entre os funcionários e estudantes; - Promover ações que permitam ao estudante que foi identificado com alguma fragilidade pedagógica, se apropriar dos conteúdos que ainda não dominam; - Aumentar o índice de 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção da quadra, proporcionar o acesso aos alunos mais conforto nas atividades recreativas. - Promover iniciativas culturais que favoreçam o crescimento individual de cada estudante e dessa forma a sua melhor convivência em sociedade. - Permitir atendimento educacional aos alunos que apresentam baixo rendimento 	Bimestralmente, pretende-se reunir a comunidade escolar para observar o previsto e o que foi feito em relação ao programado nesta PP, o encontro deverá ser na primeira coordenação coletiva de cada bimestre.	Direção, Coordenação, Professores, funcionários da escola, pais e alunos.	<p>Reuniões Bimestrais com a comunidade escolar;</p> <p>Reuniões nas coordenações coletivas com os professores e demais funcionários da escola;</p> <p>Avaliação institucional realizada semestralmente com a comunidade escolar, professores e demais funcionários.</p>

	aprovação; – Contribuir para diminuição dos índices de repetência; - Elevar o índice de desempenho individual da instituição Educacional, pela média do índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB\MEC;	ou alguma necessidade especial.			
--	---	---------------------------------	--	--	--

32 - Gestão de Resultados Educacionais

Objetivos	Metas	Ações	Avaliações	Responsáveis	Cronograma
- Promover a qualidade de ensino visando elevar o nível de	- Melhorar as taxas de rendimento escolar e aumentar os índices nas avaliações	- Reuniões de diagnóstico e avaliação pedagógica com a	Reunião bimestral para análise reflexiva dos resultados;	- Equipe gestora, professores, orientadora e comunidade escolar.	Todo ano letivo

<p>aprendizagem</p>	<p>externas(IDEB, Prova Brasil, Provinha Brasil, Avaliação de Acompanhamento das Aprendizagens e Prova Diagnóstica da Rede Federal.</p> <p>- Viabilizar a Educação Integral de 10 horas para todos os estudantes matriculados.</p>	<p>comunidade escolar;</p> <p>- Criar espaço de comunicação entre a comunidade escolar e a escola;</p> <p>- Estabelecer contato efetivo e pedagógico com alunos faltosos;</p> <p>- Diagnosticar as dificuldades de aprendizagem e social e encaminhar para as equipes competentes (SOE, COMPE, POSTO DE SAÚDE,</p>	<p>- Usar questionários avaliativos para a comunidade;</p> <p>- Avaliar a participação da comunidade escolar e o rendimento dos alunos</p>		
---------------------	---	---	--	--	--

		<p>CONSELHO TUTELAR);</p> <p>- Estimular a leitura e pesquisa através de projetos pedagógicos.</p>			
--	--	--	--	--	--

33 - Acompanhamento e Avaliação da Proposta Pedagógica

Tendo por base a Proposta Pedagógica do ano anterior, será realizada uma reunião no início do primeiro semestre com toda comunidade escolar para que seja avaliado e discutido o que deverá ser inserido na Proposta do ano vigente.

Bimestralmente, pretende-se reunir a comunidade escolar para observar o previsto e o que foi feito em relação ao programado nesta PP. O encontro deverá ser na primeira coordenação coletiva de cada bimestre e também nos dias destinados as avaliações institucionais. Todas as decisões e orientações serão registradas em ata. Uma cópia desta PP ficará impressa e encadernada na coordenação, na sala dos professores e disponível para toda a comunidade na página da escola em [http:// saosebastiao.se.df.gov.br/escolaaguilhada](http://saosebastiao.se.df.gov.br/escolaaguilhada). O cronograma com as datas das reuniões sempre é disponibilizado, a título de favorecer uma maior transparência às ações da escola e qualquer pessoa poderá acompanhar tudo o que está neste documento e cobrar as ações proposta aqui.

34 - Programas e/ou Projetos Genéricos

34.1 - PROEITI – Projeto de Educação Integral em Tempo Integral (10h)

O estudante permanece na escola em um turno único de 10h onde, além das aulas comuns inerentes ao currículo das séries iniciais, ele participa de atividades complementares ligadas à aprendizagem, à cultura, ao esporte e ao lazer.

34.2 - Projeto Educa DF

Pensando no desenvolvimento de uma educação de excelência o GDF criou um plano estratégico distribuídos em 5 bandeiras. Que são:

- Sempre aprender que visa a valorização dos profissionais do ensino;
- Educação para paz tendo em vista que tudo começa na sala de aula;
- Escola que queremos para dá uma atenção maior a quem necessita;
- Excelência para todos que traz a oferta de mais creches e escolas de qualidade;
- Inova a educação do futuro está aqui.

A Escola Classe Aguilhada aderiu a este programa com destaque para a bandeira Escola que queremos, visando proporcionar mais recursos para implementação de uma educação de qualidade, e conseqüentemente reduzir os índices de evasão e reprovação dos alunos.

Estratégias

- Adotar ações que ajude a melhorar índices educacionais;
- Traçar planos para reduzir as taxas de evasão e retenção;
- Aumentar a autoestima de todos envolvidos no processo pedagógico.

Para efetivação do projeto será necessário:

- Material didático complementar;
- Reformas de infraestrutura e equipamentos tecnológicos;
- Contratação de novos profissionais;
- Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF);
- Formação dos Gestores entre outras medidas.

Metas

Reduzir a taxa de reprovação e abandono escolar;

Aumentar o IDBE, em todas as etapas do ensino até o ano de 2022.

34.3 - Novo Mais Educação (Federal)

O Programa Mais Educação (**atualmente Novo Mais Educação**) assumiu quando implantado o papel de indutor de uma política socioeducativa de oferta da Educação Integral em todo o país, cabendo ao DF, de acordo com a Portaria Interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007, ofertar uma educação “articulada à proteção social, por meio de políticas capazes de propagar desenvolvimento social, saúde, esporte, inclusão digital e cultura” (MEC, 2011).

Assim, o Programa Mais Educação aumentou a oferta educativa por meio das atividades optativas listadas anteriormente. Para o desenvolvimento de cada atividade, o Governo Federal repassa recursos para ressarcimento de monitores, materiais de consumo e de apoio segundo as atividades. Essa instituição é beneficiária de recursos financeiros recebendo referência de valores para equipamentos e materiais que podem ser adquiridos pela própria escola com os recursos repassados.

Entretanto, por suspensão do repasse dos recursos em 2018, a escola desenvolveu atividades deste programa até o mês de julho do referido ano. Desta forma o programa está suspenso temporariamente até que o repasse seja efetuado.

Novo Mais Educação na prática

A escola tem a colaboração de voluntários selecionados pela mesma, divididos entre Mediadores e Facilitadores, que, orientados pelos profissionais da escola, contribuem de forma auxiliar para a efetivação de um trabalho pedagógico de melhor qualidade junto aos estudantes do 3º, do 4º e do 5º ano.

Os Mediadores auxiliam os professores nas aprendizagens de “Português” e “Matemática”. Os Facilitadores contribuem atuando em oficinas de “Iniciação Musical”, “Capoeira, Teatro e “Artesanato”.

Cabe a equipe gestora em conjunto com a equipe de coordenação pedagógica elaborar as regras internas, cronogramas e demais critérios para a atuação dos referidos voluntários.

No ano de 2018 a verba destinada ao custeio dos mediadores e facilitadores, oriunda do PDDE e depositada na conta corrente da UEx no Banco do Brasil, só foi possível cobrir os gastos até o mês de julho. Desde então o programa não voltou a funcionar devido à falta de verba que ainda não foi disponibilizada.

34.4 - Educador Social Voluntário (Distrital)

Os voluntários deste programa, agora selecionados pela escola, têm o objetivo de auxiliar o “trabalho escolar”. Atualmente estamos com dez (10) voluntários para atuar na Educação Integral.

Os voluntários, orientados pelo professor e demais profissionais da equipe pedagógica da escola, fornecem o apoio necessário para a realização das atividades do processo de ensino-aprendizagem.

34.5 - Educação Conectada

Em abril de 2018, a escola fez a adesão ao Programa de Inovação Educação Conectada instituído em 2017 pelo PDDE.

Tal programa (Federal) tem como principal objetivo apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica. A implementação do programa está prevista para acontecer até 2024, de maneira a contemplar, gradualmente, escolas urbanas e rurais em três fases: Indução, Expansão e Sustentabilidade.

Segundo o MEC, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º, da Portaria MEC nº 1.602, de 28 de dezembro de 2017), foram contempladas 22.400 escolas urbanas com Internet terrestre; e 6.500 escolas rurais com Internet via satélite; distribuídas em cerca de 2.000 municípios de todos os estados brasileiros. Contudo, a Escola Classe Aguilhada, mesmo sendo do Campo (Rural), foi incluída no sistema PDDE Interativo (pelo MEC) como uma escola urbana. Tal fato constata-se pela observação da internet terrestre que nos foi disponibilizada e pela necessidade de ter que preencher um plano de aplicação financeira.

Neste plano indicamos a necessidade de recursos para custear um acesso à internet com velocidade mínima de 300Mbps (por 9 meses) e comprar um aparelho Wireless Lan Switch (controladora) que possibilite o acesso dos nossos profissionais de ensino à rede.

A verba disponibilizada para a nossa escola foi de R\$ 2.451,00 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e um reais) para todo o ano (9 meses). Decidimos distribuir R\$ 1.215,00 para custeio e R\$ 1.236,00 para capital, conforme as possibilidades apresentadas pelo plano de aplicação constante no PDDE Interativo. O valor de custeio pagará as mensalidades de R\$ 135,00 da internet (valor aproximado obtido por pesquisa de preços) e o valor de capital se destinará à compra do aparelho supracitado.

Entretanto, a verba liberada tem um valor insuficiente para custear uma conexão de qualidade e, além disso, mesmo que tivesse um valor suficiente, o investimento não poderia ser realizado haja vista as operadoras que fornecem a conexão não atenderem a região onde a escola está localizada.

35 - Projetos Específicos

35.1 - Plano de Ação do Serviço de Orientação Educacional (SOE)

Introdução

A atual sociedade, requer progressivamente uma educação de qualidade. Função essa que exige, muito esforço e dedicação de todos envolvidos nesse processo, além desse envolvimento é necessário articulações e parcerias buscando a democratização do saber para se construir uma sociedade justa e fraterna, onde reine a solidariedade, a união e a paz.

Para concretização desses propósitos a escola deverá ser um espaço de análise, discussão e reflexão, pois através do trabalho conjunto de toda equipe pedagógica e demais funcionários será possível oferecer um espaço de convivência democrático e dessa forma cumprir seu papel social.

Dentro dessa perspectiva a Orientação educacional buscará a adesão e a parceria da família na escola e a integração de toda equipe pedagógica através de um trabalho realizado de forma coletiva e em harmonia com os demais setores articulando-se com a Proposta Pedagógica e possibilitando assim a integração de todos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Justificativa

O presente plano constitui o direcionamento das ações pré-estabelecidas para serem desenvolvidas no decorrer do ano letivo de 2019, ressaltando que as ações propostas, estarão sendo desenvolvidas e rediscutidas sempre que se fizer necessário.

Diagnóstico

A clientela atendida é constituída em sua maioria por crianças e adolescentes oriundos de famílias de baixa renda, na grande maioria filhos de oleiros, trabalhadores rurais e também famílias que residem em assentamentos, acampamentos (invasão) na região ou nas proximidades. Geralmente, essas famílias enfrentam vários problemas ligados a questões sociais e o reflexo desses problemas refletem no ambiente escolar como: comportamento inadequado, decorrente de problemas afetivos de famílias desestruturadas e alguns casos baixo rendimento escolar, decorrente de dificuldades de aprendizagem e falta de apoio e acompanhamento da família , outra questão que interfere no processo de ensino\ aprendizagem são as constantes transferências devido à dificuldade de locomoção, mudança de endereços, entre outras.

Objetivos

Participar da elaboração e execução da Proposta Pedagógica e de ações construídas coletivamente, integrando os projetos da Orientação Educacional.

Fazer a escuta ativa não só dos estudantes, mas de todo o corpo escolar.

Atuar por meio de projetos que auxiliem no enfrentamento a violência no contexto escolar e na superação de preconceitos e discriminação.

Ampliar o conhecimento em áreas preventivas, como sexualidade, drogas, entre outros.

Contribuir na construção de uma convivência cooperativa, participativa, democrática, por meio da educação para cultura da paz, mediação de conflitos e projetos correlatos.

Assessorar os processos ensino-aprendizagem em parceria com os profissionais da organização pedagógica da escola.

Promover e participar de ações de adaptação ao novo contexto escolar bem como da transição para a próxima etapa de ensino.

Participar ativamente das reuniões coletivas e conselhos de classe, sensibilizando e auxiliando o funcionamento do conselho de Classe Participativo.

Contribuir para o vínculo entre a família e a escola, acolhendo os pais ou responsáveis, oferecendo informações e compartilhando conhecimentos que favoreçam o processo educativo em parceria.

Fazer parcerias e articulações com setores governamentais e\ ou não governamentais de forma a atuar junto à rede social de apoio de sua localidade, visando a um atendimento mais completo das necessidades pedagógicas, físicas e sociais das crianças e dos adolescentes.

Ações pedagógicas

Atuar, em consonância com os professores e coordenadores, na elaboração de projetos de recuperação de estudos a partir das necessidades de aprendizagens identificadas em sala de aula, de modo a garantir as condições básicas para que o processo de socialização e construção do conhecimento seja efetivado.

Promover e **coordenar** reuniões pedagógicas para a elaboração de propostas de intervenção de acordo com a realidade da escola.

Coordenar o grupo de estudos (formação continuada) de professores e funcionários na semana Pedagógica, conforme o calendário escolar.

Desenvolver trabalho de conscientização com os alunos e os pais sempre os convidando para participar da escola.

Dar atendimento a pais e alunos em horários específicos.

Subsidiar e **orientar** os professores no desenvolvimento de atividades, que venham promover o avanço dos alunos no processo de ensino\ aprendizagem.

Buscar junto com a direção da escola, palestras e cursos com profissionais específicos na área de formação humana, que venha favorecer o trabalho pedagógico e desenvolvimento integral de todos os alunos que frequentam a escola.

Responsáveis pela execução

Orientadora educacional em colaboração com a coordenação, direção, professores e demais funcionários.

Avaliação

O processo de avaliação será feito através de debates, acompanhamento e levantamento de dados, junto com a equipe pedagógica, onde serão discutidas as possíveis intervenções didáticas \ pedagógicas para efetivação desse plano de ação visando a atuação concreta em busca uma educação igualitária e de qualidade para todos.

35.2 - Projeto Sala de Leitura — “O Livro é um brinquedo feito de letras”

Introdução

É tarefa da escola trabalhar em prol do desenvolvimento do estudante nas dimensões, cognitiva, social, afetiva entre outras. Para isso, a sala de leitura Maurício de Sousa irá trabalhar durante o ano letivo — paralela e colaborativamente com o projeto de intervenção na leitura —, com a missão de contribuir com o desenvolvimento dos alunos, integrando-os pedagogicamente às atividades escolares desenvolvidas em sala de aula, aos colegas e ao ambiente em que estão inseridos.

Segundo Rego (1997), o processo de alfabetização envolve a elaboração de todo um sistema de representação simbólica da realidade. É possível afirmar que nossos alunos estão vivenciando um momento de alfabetização, uns no início do processo, outros mais próximos de encerrá-lo.

Justificativa

O acervo da sala de leitura traz em cada livro a essência do que é o ser humano: seus desejos, seus medos, suas vivências, em qualquer época. “O contato do aluno com o livro é uma das maneiras de confrontá-lo consigo mesmo, com os diferentes ou iguais a ele, o que contribuirá para seu amadurecimento psicológico e intelectual.” SOUZA (2009).

A sala de leitura tem como atribuição incentivar nos alunos o gosto pela leitura e a cultura, oferecendo aos alunos oportunidades de se tornarem seres pensantes, críticos e criativos no que se refere a leitura e compreensão de mundo. Conforme o Manifesto IFLA/UNESCO (2000) é finalidade da biblioteca escolar: desenvolver e manter o hábito e o prazer da leitura; não como mero complemento à aprendizagem formal realizada na sala de aula, mas sim, explorar num contexto dinâmico e interativo, que proporcione o livre acesso aos livros de literatura, e a leitura prazerosa, sem avaliação futura, pelo simples prazer de descobrir o mundo das imaginações e da fantasia.

Dada a relevância da leitura nos anos escolares iniciais, a sala de leitura está disponível para uso de professores, haja vista a existência de livros que podem subsidiar o trabalho pedagógico, bem como os alunos, que podem fazer empréstimos de livros e participar de outras atividades relacionadas a leitura de livros de literatura infantis.

Objetivos

- Desenvolver nos alunos o gosto pela leitura;
- Preparar os alunos para utilizarem outras bibliotecas e salas de leitura;
- Facilitar, por meio da oportunidade de leituras dos livros do nosso acervo, que ampliem seus conhecimentos de mundo, das aprendizagens em sala de aula, de acordo com seus interesses;
- Se apropriar de um conhecimento de mundo mais amplo;
- Criar o hábito da pontualidade na devolução e do cuidado com os livros emprestados;
- Auxiliar os alunos com dificuldade em leitura e escrita, por meio da realização de atividades na sala de leitura, planejadas pelo professor da turma, se o mesmo assim decidir;
- Viabilizar o empréstimo de livros semanalmente para os alunos, de maneira organizada e responsável;
- Zelar pelo acervo da sala de leitura;

Metodologia

A sala de leitura Maurício de Sousa atenderá todas as turmas da escola, semanalmente (no turno vespertino), obedecendo o cronograma abaixo:

Segunda-feira	5º ano
Terça-feira	3º ano
Quarta-feira	1º ano
Quinta-feira	4º ano
Sexta-feira	2º ano

O atendimento se dará em dois momentos. O primeiro será destinado a troca de livros de literatura infantis. Os alunos terão o prazo de uma semana para lerem o livro escolhido, e no mesmo dia da semana seguinte, poderão trocá-lo por outro. A escolha dos livros é livre. O aluno manuseia os livros disponibilizados para sua turma, e de acordo com seu interesse pelo tema, o gosto pelas ilustrações, o tamanho e a textura em que o livro foi confeccionado, ele escolherá o que achar mais interessante. O objetivo dessa atividade é permitir que os alunos leiam para se deleitar, relaxar, sem nenhuma obrigatoriedade de produzir ou reproduzir por escrito tarefas escritas sobre o que leu.

O segundo momento será destinado ao atendimento individualizado dos alunos por meio do acompanhamento da leitura oral de textos e listas de palavras oferecidos pelos próprios professores da turma, ou, se o professor regente julgar necessário, será o momento do atendimento interventivo a pequenos grupos com dificuldades de leitura. O material a esses grupos será produzido pelo professor e trabalhado com os alunos pela professora responsável pela sala de leitura. A opção por qual atividade será realizada no segundo momento será definida pelo professor da turma.

35.3 - Projeto de Intervenção na Leitura

Público alvo

Alunos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental da Escola Classe Aguilhada no ano de dois mil e dezenove.

Problemática

Será considerado alfabetizado o estudante que seja capaz de dominar e entender as demandas da leitura e da escrita.

Justificativa

Visando contribuir para a formação de leitores, este projeto mobilizará toda a equipe pedagógica e os Educadores Sociais Voluntários para desenvolver o letramento por meio do acompanhamento de leituras e auxílio de fichas para registros individuais. As práticas de leitura desde o início da escolarização justificam-se pela necessidade de prepararmos futuros leitores.

Meta

Atender 39 estudantes individualmente uma vez por semana de acordo com o cronograma.

Objetivo geral

Ler e compreender diversos gêneros textuais com autonomia e fluência.

Objetivos específicos

- Provocar a curiosidade e o gosto pela leitura;
- Despertar a criatividade e imaginação;
- Compreender o que lê;
- Estimular a leitura de tal forma que seja algo prazeroso, que assimile o imaginário, amplie o vocabulário e a formação das crianças;
- Melhorar a produção de texto em sala.

Público alvo

Alunos do segundo ao quinto ano que ainda apresentam dificuldades na leitura.

Cronograma

Atendimento no turno matutino				
2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
2º ano	5º ano	4º ano	3º ano	1º ano
Tiago	Eva	Eva	Tiago	A definir

Avaliação

A avaliação ocorrerá a cada trinta dias a partir do dia 08 de abril de 2019, com a coordenadora e aplicadores e, posteriormente, com a coordenadora e os professores.

35.4 - Projeto de Educação Ambiental: Escola do Campo

Introdução

A temática ambiental aponta para os diversos ambientes em que os seres vivos estão inseridos, para as relações mútuas entre ambiente e sociedade e promove a reflexão sobre a interação do homem com a natureza. Tem como finalidade demonstrar a responsabilidade humana quanto ao bem-estar comum e quanto ao uso adequado dos recursos naturais para minimizar problemas ambientais, sociais e econômicos.

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para atingir esse objetivo, mais do que trabalhar com informações e conceitos, é preciso que a escola trabalhe também com a formação de valores e atitudes.

Nessa perspectiva, a escola elaborou o projeto “Escola do Campo” que tem como objetivo despertar nos alunos o interesse em preservar o meio ambiente e aprender saberes relativos à vida no campo. Tal objetivo está norteado pelo sentimento de pertencimento à natureza e pela necessidade de disseminação de tal sentimento. Neste contexto, buscamos despertar a consciência de toda a comunidade local usando nossas crianças como multiplicadoras.

Portanto, o projeto propõe desenvolver filosofia e ação, fundamentando e promovendo novas ações ou melhorias em torno da consciência ambiental.

Justificativa

Nos tempos atuais é imprescindível que a educação de forma interdisciplinar aborde o meio ambiente para que as crianças conheçam e valorizem as leis da natureza, e acima de tudo aprendam a cuidar dos nossos recursos naturais promovendo o desenvolvimento sustentável.

Portanto, um aprendizado focado na educação sustentável pode formar cidadãos preocupados com os problemas ambientais e com suas devidas soluções. Mas para isso, é preciso difundir a importância da sustentabilidade na escola e como ela interfere na formação dos alunos, seja no ensino infantil ou na universidade.

Na teoria, a educação ambiental ensina como deve ser feita a coleta seletiva, a importância de se preservar a natureza e como utilizar os recursos naturais e minerais de forma responsável. Porém a teoria não basta, é preciso que os estudantes vejam na prática o que aprendem no dia a dia.

Atividades extracurriculares, como visitas a depósitos de reciclagem, plantio de árvores e ações comunitárias, ajudam a desenvolver a cidadania das crianças. E sempre que for introduzido um novo assunto na educação escolar é preciso que se faça uma

pesquisa sobre os recursos, a qualidade e a metodologia que serão utilizados na abordagem do tema, pois, desse modo, o aluno aprende de forma clara e precisa.

A sustentabilidade na escola, então, pode formar cidadãos conscientes sobre os problemas do meio ambiente. Mas para que haja essa formação e ocorra uma mudança real da situação é imprescindível à união do governo, da sociedade e da escola.

Objetivo geral

Estimular a mudança de atitudes e a formação de novos hábitos com relação a utilização dos recursos naturais favorecendo a reflexão sobre a responsabilidade, ética de nossa espécie e o próprio planeta como um todo, auxiliando para que a sociedade viva em harmonia com a natureza.

Objetivos específicos

- Capacitar os alunos para plantar, preservar e recuperar áreas verdes na escola e comunidade;
- Recuperar o terreno circunvizinho à escola para criar um espaço de reflorestamento;
- Levar os alunos à vivência e ao contato direto com o meio ambiente;
- Oportunizar ao aluno a conquista do seu espaço, preservando o meio ambiente onde vivemos;
- Propiciar a construção de um ambiente em que as questões ambientais, especificamente a dos resíduos, sejam debatidas;
- Dar continuidade à campanha de coleta seletiva, selecionando os materiais que são coletados separadamente;
- Incentivar os alunos a produzirem materiais educativos: encartes, cartazes, panfletos etc.;
- Criar e confeccionar objetos diversos como forma de reutilização do lixo (brinquedos de sucata, etc.);
- Através da horta, produzir as hortaliças necessárias para a complementação da merenda escolar e servindo como poderoso instrumento didático;

- Construir a composteira e o minhocário e promover aprendizagens correlatas;
- Despertar nos alunos o interesse e a valorização da horta escolar e através dela, difundir e estimular a cultura de hortaliças na comunidade;
- Levar os alunos a perceberem a horta como um espaço vivo, onde todos os organismos juntos formam uma cadeia, proporcionando uma produção sustentável e fonte de alimentação saudável;
- Proporcionar a descoberta das técnicas de plantio, manejo do solo, cuidado com as plantas assim como técnicas de proteção da estrutura do solo;
- Difundir aprendizagens relativas a criação de alguns animais inerentes à uma vida campesina;
- Construir dois tanques ferrocimento para a captação das águas das chuvas que contribuirá para as oficinas que serão desenvolvidas na escola; para a manutenção da horta escolar, do meliponário, do mini-horto, da criação dos animais e; possivelmente, para a criação de peixes que poderão complementar a alimentação escolar.
- Planejar e implementar oficinas diversas sobre aprendizagens voltadas para a realidade do campo, abertas à comunidade local, de forma que a escola possa contribuir para o desenvolvimento econômico-social da região;
- Implementar o meliponário da escola e, futuramente, multiplicar saberes;
- Realizar atividades de campo em busca de saberes para a edificação da identidade da escola e da comunidade;
- Estabelecer parcerias com pessoas ou entidades que possam contribuir com o desenvolvimento da região e com o objetivo da escola;
- Incentivar e promover o trabalho coletivo e a cooperação entre alunos e professores e entre escola e comunidade;
- Conscientizar o aluno para a necessidade de pensar no problema do lixo, nas formas de coleta, destino e na reciclagem;
- Perceber que o lixo pode ser uma fonte importante de recurso financeiro através da reciclagem;
- Identificar o nível de dependência em relação a energia elétrica;

- Conscientizar sobre a importância da água para manter a vida no planeta e economizar e usá-la racionalmente;
- Conscientizar sobre a necessidade de reduzir a poluição do ar, da água, do solo, sonora e visual;
- Possibilitar a comunidade escolar o acesso a áreas verdes preservadas.

Metodologia

Inicialmente será analisada a realidade ambiental na comunidade na qual a escola está inserida feita a partir dos resultados das pesquisas de campo, entrevistas e coletas de dados realizadas pelos estudantes e professores com moradores da região.

Em seguida serão realizadas as atividades propriamente ditas de educação ambiental: manutenção e plantio de hortaliças e outras plantas, manutenção de viveiros e criadouros, participação nas oficinas, palestras e pesquisas de campo, etc. Nestas atividades os estudantes e demais pessoas da comunidade (em momentos diferentes) terão acesso às aprendizagens voltadas à realidade do campo e aos saberes da Educação Ambiental.

A questão do lixo, do desperdício dos recursos naturais, da água, da energia elétrica, dos materiais recicláveis: papel, vidro entre outros, do plantio de hortaliças, da criação de animais, etc. Todos esses temas serão abordados em oficinas que serão oferecidas para toda a comunidade escolar.

Paralelamente ao desenvolvimento do projeto, os professores trabalharão, também, em sala de aula, alguns temas do projeto e, o enfoque dado deverá ser interdisciplinar, percebendo-se o ambiente como um tema transversal que permeia as várias disciplinas. Neste contexto, o professor poderá:

- Implementar atividades de seleção, reciclagem e destino do lixo;
- Elaborar com os estudantes o Livro de Receitas do Campo ou da Escola;
- Indicar ou organizar Palestras;
- Trabalhar com Paródias;

- Planejar Trilhas ecológicas;
- Montar uma Composteira e/ou minhocário;
- Apresentar peças teatrais;
- Propiciar ou indicar documentários;
- Planejar e/ou organizar pesquisa ou trabalho de campo;
- Incentivar a reciclagem de papel;

Devido a complexidade do projeto, alguns espaços ainda estão em elaboração/planejamento/implantação como, por exemplo, o meliponário, a composteira-minhocário, o viveiro de mudas, a mini-chácara e o mini-horto. Contudo, outros espaços poderão surgir e ser incorporados no projeto.

Avaliação

A avaliação acontecerá ao longo de todo o projeto por meio da observação do desempenho e interesse dos alunos e demais participantes no desenvolvimento das atividades e tarefas propostas, produções e relatórios.

35.5 - Projeto Conhecendo o Distrito Federal

Apresentação

A natureza social do ser humano exige da escola que propicie aos estudantes as informações e conhecimentos acerca do local, cidade ou região onde vivem. Oportunizar as crianças o desvendar de lugares, por vezes esquecidos, é resgatar elementos constituintes da própria identidade.

Justificativa

Para a construção de uma identidade e, por consequência, de valores, faz-se necessário apresentar às crianças os vários aspectos que formam a sociedade na qual estão inseridas. Tal fato permite garantir-lhes o conhecimento do meio que as cercam e que as fazem membros de um grupo.

Objetivos

Propiciar aos estudantes o conhecimento do Distrito Federal por meio de passeios e visitas diversas.

Metodologia

Cada professor, de acordo com o seu planejamento, elaborará uma lista de lugares do DF que possam ser visitados e contribuam para as aprendizagens dos estudantes. A partir das listas e planejamentos a equipe gestora viabilizará os passeios de acordo com a disponibilidade de recursos. Os passeios serão planejados mensalmente e muitos dependerão do apoio da SEDF para liberação dos ônibus escolares para o transporte dos estudantes.

Cronograma

Será definido a cada bimestre letivo após o início do projeto.

Avaliação

Será realizada por meio observação das participações e produções dos alunos orientadas pelo professor regente.

35.6 - Projeto Xeque-Mate

Apresentação

A educação contemporânea busca uma aprendizagem consciente, estimulando a capacidade de pensar. As estratégias de ensino utilizadas no xadrez são baseadas na dialética e na autocrítica. O jogo estimula inúmeros mecanismos lógicos colaborando para o desenvolvimento de qualidades psíquicas e sociais.

O xadrez auxilia de forma eficaz o desenvolvimento cognitivo como abstração, raciocínio lógico e memorização, logo, é uma atividade primordial para entender, não apenas as características do esporte, espírito de competição saudável, como colaborar para o crescimento intelectual dos alunos.

Justificativa

O xadrez é uma atividade reflexiva, o processo decisório está presente em cada lance, portanto, possui valor educacional intrínseco capaz de promover a conscientização individual e coletiva.

O aprendizado e a prática do xadrez desenvolvem várias habilidades como atenção, concentração, julgamento, planejamento, imaginação, antecipação, memória, vontade de vencer, paciência, autocontrole, espírito de decisão, lógica matemática, raciocínio analítico e sintético, criatividade, inteligência e organização metódica do estudo.

Objetivo Geral

Democratizar o acesso à prática e à cultura do xadrez, visando o desenvolvimento das crianças regularmente matriculadas na Escola Classe Aguilhada.

Objetivos Específicos

- Promover a difusão de conhecimento e conteúdo do xadrez;
- Contribuir para o desenvolvimento humano;

- Contribuir para a ampliação da atividade educacional;
- Oferecer prática de qualidade;
- Contribuir para a diminuição dos índices de evasão e repetência.

Público Alvo

Este projeto abrangerá alunos do Ensino Fundamental da Escola Classe Aguilhada regularmente matriculados. Eventualmente, de acordo com a organização da coordenação pedagógica, poderão ser realizados eventos e gincanas abertos à participação de qualquer colaborador.

Materiais Didáticos

Jogos de xadrez disponibilizados pela escola a partir da compra com as verbas recebidas das políticas públicas e demais recursos pedagógicos elaborados pelo professor e/ou estudantes.

35.7 - Parceria com o Centro Olímpico de São Sebastião

Após muitas dificuldades encontradas e busca constantes de parcerias para o bom desenvolvimento da Educação Integral, com poucos recursos humanos e estrutura física inadequada, a escola fechou parceria com o Centro Olímpico de São Sebastião em 2014, parceria esta que perdura até os dias atuais. O projeto é desenvolvido nas dependências do próprio Centro Olímpico e cada turma participa durante 2 vezes por semana, de diversas atividades desportivas e de lazer ao longo de todo o ano letivo. O projeto vem a contribuir com o esforço educacional para diminuição da vulnerabilidade social e disponibilizar maior instrumentalização por meio do esporte para educação de crianças em situação de risco.

Os estudantes participam de atividades lúdico-pedagógico-esportivas nas dependências do Centro Olímpico e conforme cronograma de atendimento elaborado pelo mesmo. As atividades desenvolvidas naquele espaço são de autonomia da entidade parceira, cabendo aos professores da escola somente acompanhar (ida e volta) os estudantes ao local das atividades, zelando pela integridade dos mesmos.

35.8 - Projeto para a Construção do Quadra Poliesportiva

Apresentação

A escola necessita de um lugar para a realização de eventos e para as aulas de educação física. No início deste ano, após apresentar pré-projeto de uma quadra poliesportiva junto ao CEMA-Ministério Público, fomos contemplados com o depósito da verba de R\$ 39.540,95 para a construção da referida quadra sem a cobertura.

Conforme o pré-projeto (que pode ser obtido na secretaria da escola) apresentado ao CEMA/MPDFT, a empresa com melhor orçamento foi selecionada para a construção da referida quadra.

A verba supracitada foi depositada na conta corrente da UEx no BRB (mesma conta do PDAF) e as obras terão início ainda neste primeiro semestre de 2019, depois da autorização da SEDF. Depois de construído o piso da quadra buscaremos mais recursos para a cobertura da mesma.

A seguir a imagem mostra aproximadamente a forma da quadra idealizada pela atual gestão da escola. Alguns detalhes serão diferentes: o alambrado inicialmente será mais baixo e a arquibancada não terá o mesmo comprimento da quadra. A cobertura não está incluída no projeto e será fruto da busca de verba posterior.



Referencial Bibliográfico

Avanços e desafios na Construção da Educação do Campo. Mônica Castagnaolina, Helana Célia de Abreu Freitas. Brasília. 2011.

BRASLAVSKY, B. **Escola e alfabetização**. SP: UNESP, 1993.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Lingüística**. SP: Scipione. 10º Ed. 2003.

Carta da Educação do Campo: desafios para o DF na garantia de direitos aos sujeitos do campo – Brasília 2014.

COOL, C. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal, 2002, Educação Infantil.

Currículo em Movimento da Educação Básica – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Diretrizes de Avaliação Educacional – Aprendizagem Institucional e em Larga Escala 2014-2016 – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º ciclo – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – Brasília DF, 2014.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução de Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Edgar Jorge Kolling, Paulo Ricardo Cerioli, e Roseli Salete Caldart (organizadores) Brasília, DF, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo nº 4.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre Alfabetização**. SP: Cortez, 1986.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. RJ: Paz e Terra, 1992.

GUMPERZ, J. C. **A Construção Social da Alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

HANSON, E. Mark. **Recentralización y Regionalización en Educación.** revista de **desarrollo**. Educativo, Año 35, número 108 – 110, 1991.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LEI Nº 9.394/96.

LEMLE, M. **Guia Teórico do Alfabetizador**. SP: Ática, 1991.

LUCK, Heloisa. **Em Aberto: Gestão Escolar e Formação de Gestores**. Brasília: INEP, 2001.

MAIA, Joseane. **Literatura na formação de leitores e professores**. São Paulo: Paulinas, 2007.

MEC, **Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola**. Brasília: FUNDESCOLA/DIPRO/FNDE/MEC, 2006.

MEC. **Programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares**. Brasília: SEB, 2004.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloar Jacobina – 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – Brasília 2014.

PARO, Vitor. **Administração Escolar/ Introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 1991.

Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal 2015.

REGIMENTO ESCOLAR DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 4. Ed. Petrópolis, Vozes, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Currículo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais**. Brasília, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Proposta pedagógica**. Brasília, 2008.

SMOLKA, A. L. B. **A Criança na Fase Inicial da Escrita: A Alfabetização como Processo Discursivo**. SP: Cortez, 1993.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOUSA, José V. de. **Sociologia: educação e sociedade**. Brasília: Uniceub, 2004.

SOUZA, Renata Junqueira (org).Biblioteca escolar e práticas educativas: **o mediador em formação.Campinas**, SP: Mercado de letras, 2009.

VIGOTSKY, L. S.**A Formação Social da Mente**. SP: Martins Fontes,1979.